

MIRELLA FARIAS ROCHA

**CAPITALISMO DEPENDENTE E GASTO SOCIAL
NA AMÉRICA LATINA: BRASIL E VENEZUELA NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social junto ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva

FLORIANÓPOLIS
2006.2

MIRELLA FARIAS ROCHA

**CAPITALISMO DEPENDENTE E GASTO SOCIAL
NA AMÉRICA LATINA: BRASIL E VENEZUELA NO SÉCULO XXI**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva - Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques - Banca
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Ivete Simionatto - Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 26 de março de 2007

Para Marduck:

*“Nega-me o pão, o ar, a luz, a primavera,
mas nunca o teu riso, porque então
morreria”*

(Pablo Neruda)

AGRADECIMENTOS

Em um momento tão especial não poderia deixar de agradecer aquelas pessoas que, sendo a melhor parte de mim, foram céu, terra e poesia no decorrer dessa jornada.

Primeiramente ao meu irmão Marduck, a quem dedico esse trabalho por ter renunciado ao próprio destino ao decidir fazer da minha estrada a sua. Por tudo o que ele significa na minha vida, mais do que uma dedicatória, reservo a ele todo o meu amor.

Esse trabalho, sendo fruto de mil momentos belos e difíceis ao longo do período em que estive no curso de Serviço Social da UFSC, também é para os meus pais, cujo apoio incondicional sempre foi sinônimo de sonho realizado e de felicidade. Especialmente a minha mãe por ser quem acredita em mim e me apóia, haja o que houver. Especialmente ao meu pai, por me fazer crescer e entender quando tudo parece difícil. Sou vocês, e tenho muito orgulho disso.

À Susane por me ensinar a ver a essência, por estar sempre me ajudando e me salvando de mil formas possíveis e por ser os meus olhos, naquelas ocasiões em que ainda não tenho maturidade pra enxergar.

À Nara por ser amizade com todas as significações e adjetivos que esse sentimento pode ter. E também por dedicar as suas madrugadas a discutir comigo Marx e a revolução (que faremos) na América Latina: foram tempos que corroboraram muito para que eu não dissociasse a teoria da prática neste trabalho.

Também à Juju por ser sinônimo de alegria e por ter tido tempo para ouvir; também à Dani por ser companheirismo e cuidado. A elas um carinho mais que especial e toda a minha gratidão.

Ao Gerson por me fazer rir e lembrar que tudo sempre vale a pena.

A todo o pessoal lá da ESAG, principalmente a Carla, Iuana, Graci, Ieda, Louse, Gabi, Julia e ao Félix, por terem tomado conta dos trabalhos por lá durante todo esse tempo e principalmente por serem – como diria o poeta – *veneno antimonotonia*.

Às meninas da Comissão de Formatura que entenderam as minhas ausências e os meus tropeços, amparando na medida em que eu precisei, nesta última fase. Sobretudo à Andreza pelo abraço.

Ao Luis Felipe pela primeira revisão. Mas não só por isso: precipuamente por ter me apresentado com a surpresa de descobrir o quanto algumas pessoas podem ser carinho, dedicação e bondade quando ninguém mais podia ser e em uma época de tanta ansiedade.

À Bia, minha grande amiga e orientadora, pelo apoio, incentivo, sorrisos, gestos, por cuidar de mim do melhor jeito do mundo e pelos ensinamentos de toda ordem, que sempre me fizeram feliz. Por isso, desejo que esse reconhecimento possa torná-la imortal.

Agradeço ainda aos demais amigos do OBSERVATÓRIO LATINO-AMERICANO, onde eu aprendi a desaprender, para me ensinarem o que realmente importa. Por isso, pelas inspirações e por milhões de outros sentimentos vividos – que eu não saberia explicar, dedico todo o meu afeto ao Nildo, à Elaine e ao Léo.

Ao meu irmão Peterson, a minha irmã Liagreice e aos tios, tias, avôs e avós por fazerem com que a palavra *família* sempre tivesse sentido na minha vida e por acreditarem.

E finalmente por todos aqueles que lutam cotidianamente para que a vida seja da maneira mais bonita que possa ser. Com eles compartilho da poesia de Drummond:

*Os subterrâneos da fome choram caldo de sopa
Olhos líquidos de cão através do vidro devoram teu osso
Come, braço mecânico, alimenta-te mão de papel,
É tempo de comida,
Mais tarde será de amor*

“A crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões
para que os homens suportem os grilhões
sem fantasia e consolo,
mas para que se livre deles
e possam brotar as flores vivas.”
(Karl Marx)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso consiste em estudo crítico-dialético sobre a magnitude do investimento social em Brasil e Venezuela, tendo em vista a construção de bases comparativas que sejam capazes de traduzir e explicar as tendências em curso na América Latina. Sendo notória a vinculação do Serviço Social com os processos de formulação e de execução de políticas sociais públicas, o tema do financiamento revela-se de vital importância neste debate, cujo conteúdo dedica-se à análise dos orçamentos públicos na América Latina. Assim, buscamos demonstrar se a implementação das políticas sociais na região, com toda a contradição que lhe é inerente, é capaz de contribuir para nutrir a radical democratização dos modelos institucionais das políticas públicas de governo, que contemple e amplie o protagonismo e a participação crescente do povo no patrimônio político e econômico-social, coletivamente construído pelo conjunto da classe trabalhadora. Desta forma, a hipótese central da qual partimos nesta pesquisa é que apesar de se inscreverem no mesmo modo de produção capitalista, periférico e dependente, o financiamento público do Estado brasileiro e venezuelano, no que diz respeito ao gasto social, expressam dinâmicas políticas bastante singulares em termos do cumprimento das prerrogativas democráticas de universalização do sistema público de proteção social.

Metodologicamente, este trabalho parte do concreto real – da política social – para o concreto pensado – síntese do real reconstituído, considerando o gasto público enquanto síntese concreta do excedente produzido na dinâmica capitalista. Desta forma, divide-se em dois planos distintos: o primeiro, apresentado na seção 2, consiste na apresentação teórica que sustenta a estruturação dos fenômenos estudados no contexto latino-americano.

Para esta finalidade, apresentaremos inicialmente uma análise do colonialismo a que nossas ciências sociais estão submetidas, visando refletir acerca dos padrões adotados como referência para o desenho das políticas públicas e investimentos sociais no continente; o segundo plano de análise, apresentado na seção 3, se constitui no levantamento de dados empíricos e sua análise. A partir dos dados quantitativos concluiu-se que Brasil e Venezuela possuem desafios semelhantes, por partilharem das determinações gerais do capitalismo na América Latina e pela dimensão econômica equivalente entre ambos. Por outro lado, a análise dos dados também evidenciou o profícuo avanço do gasto social na Venezuela, onde as políticas sociais assumem centralidade no protagonismo popular e na radicalização

democrática, diferentemente da situação brasileira onde se permanece confinado na esfera do consumo e da estrutura familiar.

Palavras-chave: Política Social, Dependência, Gasto Social, América Latina

LISTA DE ABREVIACÕES

BCB – Banco Central do Brasil.

BCV – Banco Central da Venezuela.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IELA/UFSC – Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.

PIB – Produto Interno Bruto.

SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.

SISOV – Sistema Integrado de Indicadores Sociales para Venezuela.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Número de Pobres e Indigentes na América Latina.....	51
Gráfico 2 – Apropriação da Renda Latino-americana.....	54
Gráfico 3 – Indicadores Sociais Comparados 2000 – 2005.....	56
Gráfico 4 – Dívida Externa Bruta Total do Setor Público.....	58
Gráfico 5 – Gasto Social Público em Saúde.....	61
Gráfico 6 – Gasto Social Público em Habitação.....	63
Gráfico 7 – Gasto Social Público em Educação.....	64
Gráfico 8 – Gasto Social Público em Previdência e Assistência Social.....	65
Gráfico 9 – Gasto Social como Porcentagem do Gasto Público Total.....	67
Gráfico 10 – Gasto Social Brasil: Orçamento efetivamente pago.....	71

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELAS

Tabela 1 – PIB a Preços Constantes de Mercado (Milhões de Dólares ano 2000).....	49
Tabela 2 – PIB <i>per capita</i> a Preços Constantes de Mercado (Milhões de Dólares ano 2000).....	50
Tabela 3 – Magnitude da Pobreza, Venezuela 1999 – 2005.....	53
Tabela 4 – Distribuição de Renda.....	55
Tabela 5 – Gasto Público Total como Porcentagem do PIB.....	57
Tabela 6 – Endividamento Interno e Externo do Setor Público.....	59

QUADRO

Quadro 1 – Critério de Classificação Metodológica: Renda Domiciliar <i>per capita</i> PNAD/IBGE 2004.....	52
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 APRESENTAÇÃO.....	14
1.2 OBJETIVO GERAL.....	16
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.4 METODOLOGIA.....	16
2. CAPITALISMO DEPENDENTE E POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA.....	23
2.1 CRÍTICA AO EUROCÊNTRISMO: A DESCOLONIZAÇÃO NECESSÁRIA.....	23
2.2 O SISTEMA CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA.....	28
2.2.1 Questão Social na América Latina: Dependência e Superexploração.....	33
2.1.2 As Contradições da Política Social no Capitalismo Dependente.....	40
3. TENDÊNCIAS DO GASTO SOCIAL EM BRASIL E VENEZUELA.....	48
3.1 GRANDES NÚMEROS DO SUBDESENVOLVIMENTO: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-SOCIAIS.....	49
3.2 GASTO PÚBLICO TOTAL: A DEPENDÊNCIA EM DADOS.....	56
3.3 GASTO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XX.....	59
4. CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso resulta de um esforço crítico-dialético sobre a magnitude do investimento social em Brasil e Venezuela, tendo em vista a construção de bases comparativas que sejam capazes de traduzir e explicar as tendências em curso na América Latina.

Sendo notória a vinculação do Serviço Social com os processos de formulação e de execução de políticas sociais¹, o tema do financiamento revela-se, de vital importância neste debate, cujo conteúdo dedica-se ao estudo dos orçamentos públicos na América Latina. Apenas recentemente compondo os objetos de estudo de pesquisas em nossa área, as análises das questões relacionadas ao financiamento das políticas sociais permitem decifrar as determinações fundamentais do acesso ao direito social, o que possibilita trabalhar com mais propriedade os argumentos técnico-políticos necessários às inevitáveis disputas que se processam neste cenário.

Assim, a apropriação crítica dos dados e das tendências de financiamento das políticas sociais, que dizem respeito aos processos que ocorrem no âmbito das finanças públicas, revelou-se de alta relevância acadêmica para a produção de conhecimento no Serviço Social, em função da histórica inserção desta profissão no espaço sócio-ocupacional das políticas sociais.

O estudo é oportuno, também, à medida que, nas últimas décadas, o horizonte em que se processam as referidas políticas sociais na América Latina está longe de significar a acomodação de conflitos, tal o nível da violência da desproteção social dos trabalhadores desempregados, informais e superexplorados que, não contam com o mínimo de acesso ao Estado em termos de condições sequer de assegurar a reprodução de sua força de trabalho e a socialização desta por meio do trabalho assalariado.

Nessa perspectiva, os povos estão condenados ao destino comum que lhes revela as mais perversas faces da pobreza e da miséria cotidianamente. Originários do sistema capitalista de tipo periférico e dependente não devem ser rotulados como vítimas, mas como

¹ É sempre importante registrar que o conceito de política social não é idêntico ao de política pública, pois o primeiro permite que ali se incluam iniciativas do setor privado. Porém, consideramos que apesar de nem todas as políticas sociais serem públicas, todas as políticas públicas são sociais e por isso, registra-se que usaremos o termo referindo-nos a políticas sociais públicas.

engrenagens necessárias que reproduzem sua subalternidade ao mesmo tempo em que perpetuam tal modo de produção capitalista.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível a análise do gasto social na América Latina e das tendências que revela, por meio dos quais buscamos verificar ruptura, transição ou aprofundamento do atual modelo nos casos Brasil e Venezuela e a partir daí afirmar a percepção dos distintos projetos de proteção social presentes no continente e suas características singulares.

Metodologicamente, este trabalho parte do concreto real – da política social – para o concreto pensado – síntese do real reconstituído, considerando o gasto público enquanto essência expressa na dinâmica do sistema capitalista. Desta forma, divide-se em dois planos distintos. O primeiro consiste na apresentação teórica que sustenta a estruturação dos fenômenos estudados no contexto latino-americano. Para esta finalidade, apresentaremos inicialmente uma análise do colonialismo a que nossas ciências sociais estão submetidas, visando refletir acerca dos padrões adotados como referência para o desenho das políticas públicas e investimentos sociais no continente. Nesse sentido traremos as contribuições de Dussel, Amin, Fals Borda entre outros. Na seqüência recorreremos a Frank, Cueva, Dos Santos e Marini utilizados para explicar o funcionamento e as particularidades do sistema capitalista na América Latina, e conseqüentes implicações no conjunto das políticas sociais implementadas. Ainda são citados outros autores que parecem pertinentes tais como Fernandes, Bagú, Paiva e Ouriques.

O segundo plano de análise, apresentado na seção 3, se constitui no levantamento de dados empíricos e sua análise, a partir de fontes diversas, das quais destacamos Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, Fundo Monetário Internacional – FMI, Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Sistema Integrado de Indicadores Sociales para Venezuela – SISOV, Banco Central do Brasil – BCB e Banco Central de Venezuela – BCV.

Este estudo, cabe ressaltar, é continuidade às pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina IELA/UFSC², que

² O Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IELA/UFSC tem como intuito fomentar iniciativas que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, expressando nosso compromisso em revitalizar e intensificar a produção e o intercâmbio de estudos tipicamente latino-americanos, com capacidade de pensar e de encontrar alternativas para as problemáticas afeta à realidade do continente. Tem ainda como eixo de ação a construção de laços e relações políticas entre os países latino-americanos, compartilhada com fóruns acadêmicos e movimentos sociais, que abra espaços para a verdadeira integração e mobilização político-intelectual. Trata-se de com isso contribuir para o exame mais amplo e original das grandes problemáticas da região e para disseminação do conhecimento crítico e de uma cultura politicamente engajada com os interesses populares.

desde 2004, através do OBSERVATÓRIO LATINO-AMERICANO, vem se dedicando ao tema das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na América Latina. Apoiaram ainda ao projeto inicial “O Gasto Social na América Latina: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela” duas iniciativas simultâneas: a participação no programa PIBIC/CNPq e FUNPESQUISA/UFSC no período entre 2005-2006.

1.1 OBJETIVO GERAL

Por meio de uma análise crítico-dialética do gasto social em Brasil e Venezuela, este trabalho de pesquisa visa demonstrar se a implementação das políticas sociais na América Latina, com toda a contradição que lhe é inerente, é capaz de contribuir para nutrir a radical democratização dos modelos institucionais das políticas públicas de governo, que contemple e amplie o protagonismo e a participação crescente do povo no patrimônio político e econômico-social, coletivamente construído pelo conjunto da classe trabalhadora.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com base nas informações coletadas, o trabalho de pesquisa objetivou, especificamente:

- contribuir para o conhecimento crítico tipicamente latino-americano, componente indispensável para a emancipação econômica, política, social e cultural dos povos do continente;
- entender as particularidades que a estrutura econômica do sistema capitalista assume na América Latina e seus desdobramentos políticos e sociais;
- caracterizar o gasto social em Brasil e Venezuela como marcador fundamental para analisar a dimensão político-emancipatória das políticas sociais públicas na América Latina.

1.4 METODOLOGIA

A hipótese central da qual partimos nesta pesquisa é que apesar de se inscreverem no mesmo modo de produção capitalista, periférico e dependente, o financiamento público do Estado brasileiro e venezuelano, no que diz respeito ao gasto social, expressam dinâmicas

políticas bastante singulares em termos do cumprimento das prerrogativas democráticas de universalização do sistema público de proteção social.

O método dialético se afigura ser o mais adequado para este estudo, à medida que entende-se a realidade social não como um aglomerado ou soma de partes isoladas, mas como uma totalidade complexa:

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. (KOSIK, 1976, p. 41-42)

Nessa perspectiva, organizamos este trabalho em dois grandes momentos por meio da dialética marxista: o primeiro deles expressa o movimento que parte do concreto e chega ao conhecimento abstrato de suas partes, e o segundo que parte das abstrações feitas pelo pensamento e retorna ao todo concreto re-construído pelo pensamento.

O concreto real, enquanto representação da realidade material realmente existente, é o pressuposto inicial e por isso constitui o ponto de partida do pensamento. Entretanto, as abstrações representam componentes significativos do real investigado, tendo em vista que sua essência não se manifesta diretamente (GERMER, 2001). Seguindo esta dinâmica, a seção 3 que trata do Gasto Social em Brasil e Venezuela, apresenta as abstrações, na tentativa de reduzir as manifestações do concreto real, às suas expressões elementares.

O concreto pensado, produto do pensamento através de um processo de totalização, constitui a representação teórica da essência, das conexões internas da realidade, articuladas de modo definido e dinâmico para compor a síntese de múltiplas determinações (GERMER, 2001). De tal modo, a seção 2 caracteriza o primeiro passo, ou seja, o esforço de ir do todo concreto ao conhecimento abstrato de suas partes, formando uma síntese que explique as diversas relações entre dependência e política social que ocorrem no sistema capitalista.

Esse movimento, de abstrair as partes e de reconstruir o todo concreto, constitui um único processo teórico do conhecimento, cujos momentos se implicam mutuamente, cada um dos quais se realiza através do outro.

Cabe ressaltar a importância do método escolhido para esse estudo, haja visto que assegura com rigor a perspectiva da totalidade concreta. Nessa medida, apropriar-se do gasto social enquanto objeto fenomênico da realidade requer situá-lo no complexo e contraditório

processo de produção e reprodução das políticas sociais públicas, ou seja, no contexto do modo de produção capitalista.

A referência histórico-política na América Latina é fundamental, não só por revelar os determinantes estruturais da política social em nossa realidade, mas sobretudo porque enriquece o enfoque materialista, necessário à perspectiva histórico-concreta, já que tanto nos meios acadêmicos quanto na prática profissional dos trabalhadores sociais tem sido um tema exaustivamente tratado de modo tecnicista, eurocêntrico – porque impregnado da matriz teórica do *welfare state* – e débil sentido histórico.

A dialética materialista supõe a primazia da estrutura econômica, ao atribuir a formação e constituição do complexo social a esta. Inscrever as políticas sociais nesta esfera não significa classificar o *fator* econômico como privilegiado, mas reconhecer a *estrutura* como determinante para as formações sociais. Kosik explica:

O materialismo dialético é uma filosofia radical porque não se detém nos produtos humanos como numa verdade de última instância, mas penetra até as raízes da realidade social, isto é, até o homem como ser que cria a realidade social. Somente sobre a base desta determinação materialista do homem como sujeito objetivo – ou seja, como ser que, dos materiais da natureza e em harmonia com as leis da natureza como pressuposto imprescindível, cria uma nova realidade, uma realidade social humana – podemos explicar a economia como a estrutura fundamental da objetivação humana, como a ossatura das relações humanas, como o fundamento econômico que determina a superestrutura. O primado da economia não decorre de um superior grau de realidade de alguns produtos humanos, mas do significado central da práxis e do trabalho na criação da realidade humana. (KOSIK, 1976, p.109)

Face ao exposto, entendemos que a economia não representa apenas a produção de bens materiais, mas principalmente a edificação das relações sociais nas quais esta produção se realiza: o mundo objetivo dos homens e dos seus produtos sociais. Assim, conceber a realidade, como um todo orgânico e estruturado, é ver a estrutura econômica como a base na qual o homem se realiza ontologicamente como ser social.

A análise das políticas sociais, considerando essa prerrogativa, constitui um esforço para desvendar seu real significado, para além do mundo fenomênico da aparência e do imediatismo colocando-as como produtos da práxis humana no sistema capitalista de produção.

Todavia, à medida que o movimento crítico-dialético revela os aspectos historicamente contraditórios dos fenômenos, é preciso referenciar as políticas sociais como um espaço de disputa, onde se processam lutas, a partir da contradição capital – trabalho.

Segundo Marx, o movimento correto é partir do mais simples, do abstrato, para chegar ao mais complexo, o concreto. Sendo as abstrações meio pelo qual se atinge a essência do fenômeno, o concreto é ponto de partida do conhecimento e este é a sua reprodução, mas o resultado é a reconstrução do fenômeno pelo pensamento, inserido na totalidade concreta:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade. E por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto pela via do pensamento. (MARX, 1989, p. 229)

Por meio dessa lógica, partimos da representação da realidade concreta, trazendo os modelos de políticas sociais adotados na América Latina para chegarmos ao concreto pensado. Inicialmente fazendo a crítica aos padrões eurocêtricos adotados e no momento seguinte decifrando a estrutura particular que o sistema capitalista assume no continente. Por fim, a análise do fenômeno do gasto social em Brasil e Venezuela, inserida na totalidade concreta e na realidade estrutural estudada, que pretende revelar a essência do sistema público de proteção social e pôr em evidência suas tendências.

A aparência das políticas sociais públicas se manifesta desde seu formato – fragmentado, focalista, minimalista e conservador – passando pela sua implementação – onde é instrumento político-eleitoreiro – chegando ao contato direto com os usuários, onde expressa uma de suas piores faces: ser propagada e entendida como caridade e bem-estar do Estado. Sua essência demonstra que é um complexo e contraditório mecanismo – operado pelo Estado burguês – para reproduzir a força de trabalho assalariada da classe trabalhadora e o poder dominante estabelecido na sociedade capitalista.

Trata-se de buscar entender distintamente aparência e essência desses fenômenos, a partir da análise do gasto social nos dois países, determinado pelo modo de produção capitalista. Para tanto, procedemos a escolha de Brasil e Venezuela por apresentarem tendências singulares no que se refere a universalização dos seus respectivos sistemas de proteção social, dado o caráter distinto que assumem na conjuntura política latino-americana no final do século XX e início do século XXI.

A singularidade do momento brasileiro se deve ao fato da ascensão ao poder do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002, em um momento carregado de significados históricos no movimento político do país e também de esperanças das massas, pela melhoria

das condições gerais de suas vidas – que encontrava-se em situação caótica após oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, simbolizados principalmente pela ampliação da abertura econômica, com predomínio em investimentos tecnológicos, perfil exportador e impulso ao crescimento econômico em detrimento das esferas política e social.

A conjuntura venezuelana retrata por sua vez uma série de mudanças nas formações econômicas, políticas, sociais e culturais em um processo denominado *Revolução Democrática Bolivariana*, que teve início com o militar e militante político Hugo Rafael Chavez Frias, a partir de seu primeiro mandato na presidência da República em 1999. Foi eleito com o compromisso de reverter a deterioração econômica do país, resolver os problemas da chamada *seguridad ciudadã*, eliminar a corrupção, ampliar o acesso da população aos serviços básicos e pôr o sistema educacional ao alcance de todos os venezuelanos.

Para discutir a hipótese central desenvolveremos analiticamente neste trabalho as seguintes categorias: política social, superexploração (do trabalhador) e eurocentrismo/colonialismo. A categoria determinante, por sua vez, que fará a articulação múltipla entre as apresentadas é justamente a dependência, por explicar a configuração estrutural do sistema capitalista na América Latina. Tais categorias serão elucidadas no decorrer da revisão teórica.

As teorias e categorias abordadas nesse trabalho constituem parte de um fecundo processo crítico para a compreensão dos fenômenos que propomos, uma vez que a hipótese central diz respeito aos fenômenos sociais e políticos tipicamente latino-americanos, inseridos em um sistema de produção periférico que assume características particularmente diferenciadas em relação ao sistema capitalista das economias centrais.

Decidimos por esse caminho na medida em que um de nossos objetivos com esse estudo é corroborar com a insurgência do pensamento próprio e crítico; cabe colocar ainda que, para tal daremos preferência a pensadores que escrevem sobre a nossa realidade a partir dela mesma.

Com a finalidade de estudar apropriadamente as tendências das políticas sociais pelo registro do gasto social em Brasil e Venezuela, o mesmo revela-se como dimensão essencial do sistema público de proteção social e das singularidades dos diferentes modelos em América Latina, serão utilizados dados que auxiliem na caracterização qualitativa e dimensionamento quantitativo do financiamento público do conjunto das políticas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e educação, desde o ano 2000 a 2005.

O procedimento para coleta dos dados para a pesquisa empírica é a busca em meio eletrônico, em bancos de dados disponíveis pela internet. Assim lança-se mão das informações referentes aos governos nacionais dos dois países. Esse recorte, a partir da esfera federal, torna-se necessário para assegurar base comum de comparação, até mesmo porque a desagregação dos dados para estados ou municípios instalaria uma heterogeneidade difícil de reaglutinar na totalidade no momento da construção de tabelas e gráficos para análise, e no cotejo dos dados, o que poderia tornar o processo caótico ou confuso.

Conforme explicado anteriormente, por motivos de ordem lógica e metodológica, os dados que buscam se apropriar do fenômeno do gasto social, enquanto manifestação da essência da realidade como um todo orgânico e estruturado, serão apresentados após a sustentação teórica que explica as múltiplas determinações das políticas sociais no Estado capitalista dependente, pois a abstração constitui o início do processo no caminho da concreção, nos termos da dialética marxista.

Uma parte da investigação em serviço social, não raro, abstrai os fenômenos da realidade concreta, isolando-os da estrutura, de modo que assim faltam-lhes as características fundamentais que fazem parte de sua essência. Tradicionalmente, os processos limitam-se a estudar somente a aparência dos fenômenos, adjetivando-se os termos e destituindo-lhes de seu sentido histórico, por exemplo, atribuindo o surgimento da profissão de Assistente Social a *políticas sociais* que nasceram para responder a *questões sociais*, ambos os conceitos tomados do vazio. Desta forma a análise dos fenômenos fica no nível da aparência, sem ser compreendidos dentro da totalidade da estrutura econômica.

Ao contrário, nos propomos a realizar um estudo a partir da totalidade concreta, considerando as políticas sociais na sua múltipla causalidade dentro do sistema capitalista, as conexões internas e as relações e reproduções sociais que se estabelecem dentro do conflito de classe, bem como a dimensão do gasto social, precioso marcador de análise da distribuição da riqueza advindas do fundo público.

A adoção deste método tem como princípio uma posição de responsabilidade intelectual e uma preocupação em entender o funcionamento da política social na América Latina e a estrutura econômica em que determina as relações sociais, através da análise do gasto social em Brasil e Venezuela. Trata-se em uma tentativa crítica de se interpretar a realidade em uma perspectiva histórica, partindo de fenômenos abstratos para chegar ao todo concreto.

Finalmente, é importante colocar que a opção por um método é mais do que uma simples preferência teórica; é a eleição de uma maneira de ver a realidade e organizar o

pensamento, tendo em vista, neste caso, a razão teóricas e a práxis política. Igualmente, ao se estudar uma teoria deve-se estar ciente que estas não devem ser tomadas como verdades absolutas e imutáveis, pois estas não são mais do que um modo de desvendar a realidade. Por esse motivo, em se tratando dos nomeados *subdesenvolvidos do sul*, tem precípua importância a crítica e o pensamento próprio, pois caminhando de mãos dadas fazem possível o nascimento de teorias que pensem radicalmente rumo a uma nova significação social e política em *nuestra america*.

O que se pretende é que este trabalho contribua para a ciência própria necessária na América Latina e a práxis política revolucionária, no entanto, se a ele – como a maioria dos trabalhos acadêmicos – estiver reservado o destino das prateleiras voltado para dentro dos muros da universidade, fica a esperança para que em um futuro próximo possamos, “superar a Marx realizando-o” (SILVA, 1974, p. 18), pondo em prática a máxima de Simon Rodriguez “ou inventamos ou estamos perdidos” (RODRIGUES, 1973, p. 47).

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Nas trilhas do método marxista, o ponto de partida desta análise se dá com a reconstrução do concreto real/pensado, com base na representação desta realidade, que corresponde ao movimento em direção ao concreto pensado. Abstraindo as partes, visa, portanto, refletir criticamente sobre a política social latino-americana, numa perspectiva histórica, alertando para a imprescindível construção do pensamento próprio no continente.

Desta maneira pretende-se nesta seção inicialmente contextualizar os padrões de proteção social vigentes na América Latina, situando o eurocentrismo do modelo adotado na análise e a necessidade de descolonização, para em seguida entender as particularidades da política social na totalidade concreta: o capitalismo dependente.

2.1 CRÍTICA AO EUROCENTRISMO: A DESCOLONIZAÇÃO NECESSÁRIA

Nas últimas décadas, a expressão fenomênica que a política social assume na realidade cotidiana da América Latina é de ação pública focalizada, que nasce em forma de respostas pontuais a demandas societárias no bojo da chamada *questão social*³. Nesse sentido, são iniciativas fragmentadas, implantadas para minimizar os efeitos sobretudo da miséria, de modo que, para a grande maioria dos usuários, tais ações são aceitas como caridade ou benesse, pois a seletividade restringe o direito social, encobrindo a pretensão universal destes, e pela via da imposição de rigorosos critérios de acesso de um lado e de prestação ínfimas de outro.

Tal perspectiva, veiculada diariamente pela grande mídia e pelas forças políticas dominantes, situa o binômio crescimento econômico X geração de empregos como determinantes mágicos para as melhorias efetivas das condições de vida das populações. Assim, oculta-se a subalternização de uma determinada classe em detrimento de outra, pois salienta-se que o mercado capitalista possibilita oportunidades iguais para todos, de modo que se alguns não estão inseridos a *culpa* é individual, uma vez que refere-se a falta de qualificação para os postos de trabalho oferecidos.

³ Segundo Netto (2004) o pensamento revolucionário identifica na expressão 'questão social' uma tergiversação conservadora, na medida que o discurso dominante que prega o cuidado com as manifestações da 'questão social' é desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida. Em virtude desse traço mistificador da expressão, como o autor, sempre que nos referirmos ao fenômeno utilizaremos aspas ou grifo.

Entretanto, independentemente da melhoria ou não dos índices econômicos, observa-se principalmente a partir da década de 90 na América Latina um alargamento da base do tecido social à medida que aumenta substancialmente a pobreza, a indigência, a concentração de riqueza e a desigualdade em todo o continente⁴, não obstante todo o crescimento do gasto e investimentos sociais. Kosik (1976) nos fala sobre a necessidade de se revelar e discutir o ordenamento social do mundo fenomênico, haja vista que além de não guardar correspondência com a existência real, ou seja, com a essência do fenômeno, muitas vezes é absolutamente contraditório com a sua processualidade.

Todavia, considerando o grau de colonialismo a que estamos submetidos na periferia do sistema capitalista mundial, a supracitada necessidade deve começar pela crítica aos padrões adotados, uma vez que a maioria dos paradigmas vigentes no continente latino-americano são impostos a título de *oficial* e *civilizado*, desconsiderando-se uma multiplicidade de realidades, distintas entre si, mas comuns em suas raízes milenares (SARANGO, 2005).

Do ponto de vista histórico, a organização colonial do mundo significou mais do que o estabelecimento de relações comerciais entre metrópoles e colônias, pois simultaneamente organizou um sistema de saberes colonizados, bem como linguagens, memória e até mesmo o imaginário (QUIJANO, 2005). Trata-se de uma ideologia que busca homogeneizar-se em nível mundial, para legitimar um sistema estrutural que objetiva perpetuar “o desenvolvimento de uns à custa do subdesenvolvimento de outros” (AMIN, 1989, p. 201).

Nessa perspectiva, admitindo que a história da América Latina apresenta-se radicalmente como uma história da dominação (DUSSEL, 1982, p. 8-21), podemos também considerar que grande parte da ciência cultivada desde o sul, não passa de análises contemplativas, sem potente relevância crítico-prática alguma. Enrique Dussel (1973a, p.18) ao situar a importância de cultivarmos edifícios científicos baseados na prática concreta, defende que o paradigma científico adotado não deve exigir uma outra realidade para a ação, ao contrário para ter finalidade objetiva e prática, deve ater-se nos problemas da própria realidade, para que se possa dialogar com o existente e encontrar respostas possíveis.

Samir Amin, ao observar os pensadores que fazem justamente o contrário, insere-os no sistema de dominação vigente, e analisa-os a partir do eurocentrismo. Segundo ele, o eurocentrismo tem evidente origem na Europa, mas atualmente faz parte de uma dimensão cultural e ideológica do sistema capitalista contemporâneo em sua fase imperialista (o que

⁴ Uma boa análise sobre a pobreza e concentração de capital na América Latina pode ser encontrada em Ferradas, F. M. (2005).

permite incorporar privilegiadamente os EUA neste arco de poder), já que é um paradigma presente nos meios de comunicação, nas teorias sociais soberanas, assumindo a função de ocultar e corroborar com o capitalismo realmente existente, formando uma razão suprema que unifica as aspirações em direção a um certo tipo de consumo e de organização da vida social (AMIN, 1989, p.9-13).

Desta forma, pensar a própria realidade deveria ser pressuposto básico para a descolonização, tendo em vista a não perpetuação de culturas alheias e, principalmente, a negação e superação de supracitado sistema econômico, político e social. Por este caminho, Dussel dilucida:

[...] O essencial da alienação, própria de toda cultura colonial, é que trata-se de um pensar que estuda o pensar europeu e que, de alguma maneira, desemboca na realidade européia que aquele pensar pensa. Assim, na grande maioria das vezes o pensar latino-americano não é autêntico por duas razões: porque pretende pensar, e como o pensar é pensar a realidade, o pensar latino-americano quase sempre torna-se mera repetição superficial; e o mais grave: ao pensar o pensar europeu se ignora a realidade latino-americana e se faz a realidade aqui ser a realidade metropolitana, imperial, moderna, dominadora. (DUSSEL, 1973b, p.11)

Face ao exposto e considerando que o saber que fundamenta as práticas profissionais especializadas está intimamente ligado com a organização do poder, especialmente as relações coloniais/imperiais de poder que se articulam na atualidade (LANDER, 2005), podemos situar a política social nesse contexto, enquanto fenômeno político-econômico privilegiado em termos da investigação e produção do conhecimento, no bojo das ciências sociais.

Uma das funcionalidades reais de dimensão essencial da política social no Estado burguês dentro do ordenamento capitalista da idade dos monopólios “se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores” (NETTO, 1992, p. 27).

Para tanto, os profissionais que trabalham na formulação, gestão e execução de tais políticas, tradicionalmente são formados com base em referenciais teóricos eurocêntricos ou conservadores, entenda-se estudos aprofundados do modelo social-democrata europeu, ou estudos voltados para o âmbito privado das relações sociais.

Conforme elucidado, a chamada referência obrigatória *welfare state* para explicação de todos os temas referentes a política social na literatura brasileira é um bom exemplo do eurocentrismo que atinge nossas ciências sociais, na medida em que é tomado como ótimo

padrão de sistema público de proteção social, assimilado como a experiência mais significativa já existente e, por esse motivo, estimado como valor universal e reproduzido como meta desejável para o mundo civilizado.

Por outro lado, grande maioria das alternativas teóricas ao modelo europeu, é baseada em referências que tratam da dimensão privada das relações sociais, centrando-se principalmente na família, o alvo da *concertação social*. Paiva contribui com uma crítica a este padrão:

A dilatação da esfera privada - seja o mercado, seja a família - reforça o processo de precarização da proteção social como responsabilidade republicana, uma vez que o descredenciamento da ação governamental (propugnada pelas medidas de ajuste fiscal) e a reedição dos esquemas controladores junto aos grupos familiares, em substituição aos projetos coletivos, se inscrevem como estratégias permanentes de esvaziamento do potencial político da luta pelo acesso às políticas públicas e aos direitos sociais. (PAIVA, 2007, p. 05)

Segundo a autora, o paradigma de política social considerado norteador – por ser inspirado nas experiências dos Estados europeus – não coincide com a realidade destas políticas nos países do sul do continente, ao passo que registram-se profundas distinções econômicas, políticas, sociais e culturais entre os países periféricos e centrais.

Em se tratando de padrão do sistema público de proteção social latino-americano, falamos de um sistema que tem determinações e limites dados estruturalmente pela relação capital/trabalho e ainda Estado/sociedade em um contexto específico do capitalismo periférico, onde as suas múltiplas características formam um todo específico. Assim, fica cada vez mais clara a necessidade de sermos “ateus do império” (DUSSEL, 1982, p. 20), não somente como primeiro passo para libertação, também e principalmente como requisito fundamental para começarmos a pensar nossa realidade a partir dela mesma, podendo almejar mudanças efetivas.

Nesse sentido, a afirmação do eurocentrismo como verdade científica válida para qualquer tempo e lugar, significa que o fenômeno não é apenas “constitutivo da geocultura do mundo moderno” (WALLERSTEIN, 1997, p. 01), mas sim, que faz parte de um projeto político-econômico de acumulação em escala mundial, intimamente ligado ao axioma *subimperialismo avalisados* por Ruy Mauro Marini, se quisermos entender a singularidade da realidade brasileira:

A expansão e aceleração tanto da circulação de capital produtivo como da circulação do capital financeiro tem configurado uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema distinto de divisão internacional do trabalho. Passou o tempo do simples modelo centro – periferia, caracterizado pelo intercambio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. [...] O resultado foi um reescalonamento, uma hierarquização dos países de forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação, que são também potências capitalistas médias – o que nos levou a falar do surgimento de um subimperialismo (MARINI, 1977, p. 08)

[...] O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não somente acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista como também se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (MARINI, 1977, p. 17)

Desta maneira, podemos dizer que o “adestramento das nossas ciências sociais” (FALS BORDA, 1970, p. 25), sob o comando do eurocentrismo, constitui um dado real ligado à essência do sistema capitalista mundial, cujas causas e circunstâncias são de caráter histórico-estrutural e cujo comportamento é correspondente ao descrito por Marx, em relação às classes dominantes:

A classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. [...] As idéias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...]. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como conseqüência, também dominem como pensadores, como produtores de idéias, que controlem a produção e a distribuição das idéias de sua época, e que suas idéias sejam, por conseguinte, as idéias dominantes de um tempo. (MARX, 2006, p. 78)

Por esse motivo é tão importante que as teorias sociais desenvolvidas na periferia do sistema capitalista mundial sejam aliadas a sua realidade e soberanas na sua produção, para que não perpetuem nossa escravidão colonial em relação ao império, ou tampouco sejamos vencidos pelos interesses dos monopólios, mas também – e principalmente – para que os resultados dos processos científicos realizados aqui logrem ensejar uma prática que mude o ordenamento vigente, logo, uma práxis política revolucionária.

Assim, as políticas sociais públicas deveriam ter primazia no processo de descolonização, uma vez que atingem primordialmente as classes subalternas, tendo

oportunidade concreta de transformar-se em instrumento de conscientização de classe, de universalização dos sistemas democráticos e de distribuição de riqueza, por meio do acesso ao fundo público coletivamente construído pela classe trabalhadora.

Nessa direção, Paiva (2007) ressalta que uma crítica radical no estudo das políticas sociais deve apreciar descolonizar não somente as produções científicas em cena, mas, sobretudo abrir novos caminhos de estudo, objetivando, por exemplo, inquirir sobre as tendências e exigências de uma crescente democratização dos atuais modelos.

Esse trabalho vem ao encontro desse anseio; primeiramente porque pretende ser um estudo crítico sobre a realidade da América Latina a partir dela mesma; e também porque na medida em que “a teoria dissociada da prática torna-se sem base real empírica e tende a converter-se em especulação ideológica, isto é, em uma forma particular de alienação” (SILVA, 1974, p. 214), propõe fazer uma análise comparativa dos números do gasto social real em Brasil e Venezuela, no sentido de identificar as tendências distintas em gestação.

2.2 O SISTEMA CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA

O método marxista nos indica que “se parte de uma totalidade teórica para chegar a totalidade prática” (SILVA, 1974, p. 204). Por este caminho, iniciamos com a crítica da razão eurocêntrica e as implicações que causa na realidade da América Latina, de modo que considerando os fenômenos estudados – política social X gasto social – como determinados pelo sistema de produção capitalista. Agora é o momento, pois, de apresentar a análise da estrutura e das particularidades de produção e reprodução que tal sistema assume no continente, visando a observação dos fenômenos sob a perspectiva da totalidade.

Com este objetivo, inicialmente precisamos retomar o desenvolvimento histórico do sistema capitalista, com ênfase na configuração que assume nos centros dominantes para entendermos de que modo influencia o processo de formação e evolução dos chamados países subdesenvolvidos, pois de acordo com o ponto de vista da totalidade, ambos os momentos são partes de um mesmo processo mundial. Segundo Frank:

A investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é, em grande parte, produto histórico da economia passada e atual e de outras relações entre os satélites subdesenvolvidos e os atuais países metropolitanos desenvolvidos. E o mais importante, estas relações são parte essencial da estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista em escala mundial, em conjunto. (FRANK, 1973, p. 22)

Nessa perspectiva, subdesenvolvimento não é ausência de desenvolvimento, ambos são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade, de modo que, embora sejam situações antagônicas, ambos os fenômenos pertencem à mesma lógica de acumulação de capital em escala mundial. Dito de outra maneira: esta dinâmica movimenta um processo que ao mesmo tempo produz o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras.

Para que possamos compreender a gênese desse processo, a gênese do colonialismo na América Latina é ponto inicial para análise da formação sócio-econômica da sociedade que se desenvolveu por estas terras, haja vista que marcam uma nova fase que o sistema capitalista inaugura no mundo, a saber: a expansão do capital comercial europeu.

Ao analisar o referido período histórico, Bagú situa o regime econômico da colônia como complementar e subserviente, com vistas ao enriquecimento das economias metropolitanas, destacando características diferenciadas em relação ao regime capitalista observado na Europa:

“O regime econômico luso-hispânico do período colonial não é feudalismo. É capitalismo colonial [...] que apresenta reiteradamente nos distintos continentes certas manifestações externas que o assemelham ao feudalismo. É um regime que conserva um perfil ambíguo, sem alterar por isso sua inquestionável índole capitalista. Longe de reviver o ciclo feudal, a América ingressou com surpreendente celebridade dentro do capitalismo comercial já inaugurado na Europa [...] e contribuiu para dar a esse ciclo um vigor colossal, tornando possível o surgimento do capitalismo industrial anos mais tarde” (BAGÚ, 1993, p.253)

Com base no exposto, é preciso salientar que tanto a escravidão quanto a abolição foram processos necessários para a continuidade da acumulação de capital nas economias centrais: no primeiro caso visando organizar a mão de obra gratuita para o incremento da produção de materiais para exportação (essencialmente matérias-primas) e no segundo estabelecendo relações de trabalho assalariadas, para formação de mercado consumidor dos produtos industrializados na metrópole.

Cueva (1983), ao explicar historicamente o processo de formação econômico-social dos países latino-americanos, considera o *fato colonial* como determinante, pois nos reservou o ingresso no sistema capitalista como partícipes da acumulação primitiva em escala mundial, contendo-nos o desenvolvimento. Assim, expõe sua colocação a partir de Marx, já que “o excedente econômico produzido nessas áreas não chegava a transformar-se realmente em

capital no interior delas, onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis, mas fluía ao exterior para converter-se em capital.” (CUEVA, 1983, p. 25).

Concordamos com o autor, ao passo que o mesmo não restringe esse dado histórico a matriz colonial, salientando que o momento da chamada independência além de não superar tal determinação, manteve a estrutura e intensificou suas raízes. Nestes termos, pode-se dizer que o processo de independência foi meramente figurativo, uma vez que a independência econômica ainda não aconteceu para a grande maioria dos países na América Latina. Consequentemente, também as esferas política e social estão submetidas a esta lógica.

A subordinação ao mercado externo, as desvantagens competitivas e a precária possibilidade de expansão das forças produtivas, são condições ora atribuídas ao pífio desenvolvimento econômico, ora a tardia modernização dos países latino-americanos, quando a análise histórica demonstra que ambos os fenômenos são conseqüência da estrutura econômico-social destes países, inseridos em uma lógica mundial de acumulação.

Nesse intento, Silva (1974) considera que as análises contidas em **A acumulação do capital**, de Rosa Luxemburgo, representa a primeira aproximação de uma visão totalizante do sistema capitalista mundial dentro do qual, tanto o desenvolvimento dos países avançados dominantes como o processo de subdesenvolvimento dos países e zonas dependentes são vistos como aspectos de um mesmo processo dentro do contraditório desenvolvimento histórico do capitalismo e de modo teoricamente coerente.

Essa constatação se deve ao fato da autora ter identificado por aqui “as mais estranhas formas mistas entre o moderno sistema de salário e os regimes primitivos” (LUXEMBURGO, 1967, p. 279 apud SILVA, 1974, p. 233) e atribuir às periferias a função de completar o processo de acumulação de capital nos países centrais:

O imperialismo implica, como condição necessária, a existência de países capitalistas com avançado grau de desenvolvimento das forças produtivas e de concentração de capital, nos quais, a necessidade de alimentar incessantemente o processo de crescimento da acumulação, o impõe a expansão para zonas de menor desenvolvimento, até onde exportar capitais excedentes e mercadorias industriais e desde onde obter as matérias primas e os produtos primários requeridos por seu aparato de produção. (SILVA, 1974, p. 247 – 248)

Na perspectiva de Lênin, a essência econômica do imperialismo, é a sua formação monopolista, que, a partir da concentração da produção inaugura uma nova fase no processo de acumulação mundial, já que transforma as condições de concorrência, assume extensão

global e atinge maior grau de desenvolvimento tecnológico, o que o leva a tornar-se um sistema parasitário.

O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento em que se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências. (LÊNIN, 1987, p. 88)

A análise de Dos Santos (1986) coloca o imperialismo como um problema mundial ao ressaltar que, apesar de existirem formações sociais imperialistas e coloniais desde a antiguidade, somente em tempos atuais tais relações assumem caráter mundial com tamanha desigualdade: de um lado uma economia capitalista que produz um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais; e, de outro, uma alta concentração de tecnologia, a produção e os capitais em um centro hegemônico – um conjunto de países dominantes.

Fernandes (1973), ao analisar o atual padrão de dominação externa que ocorre na América Latina, remete à herança do sistema colonial, do neocolonialismo e do imperialismo, no entanto, ressalta também o capitalismo monopolista e a expansão das grandes empresas corporativas que o avanço do mesmo provocou na região. Segundo o autor, a marca particular dessa configuração estrutural é que organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social.

Por este caminho, e numa concepção marxista tipicamente latino-americana, Marini (2000) explica a configuração estrutural das sociedades da América Latina, inicialmente distinguindo-as das economias centrais nos seguintes termos:

[...] Ainda que realmente se trate de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo sui generis, que só ganha sentido se o contemplamos tanto no nível nacional como, principalmente internacional. (MARINI, 2000, p. 106)

Em seguida recupera a trajetória histórica de constituição da América Latina como economia capitalista, entendendo que esta se desenvolve, já desde o século XVI, em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Assim, Marini lembra que

coincidem os momentos da Revolução Industrial na Inglaterra com os processos de independência política dos países latino-americanos, que neste momento passam a gravitar em torno da metrópole inglesa – estabelecendo primordialmente com esta suas relações econômicas. Para o autor, essa relação constituiu as bases para que, já no início do século XX, estivesse configurada a condição de dependência da América Latina.

O autor apresenta o conceito de dependência, no sentido de uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde a produção dos países subordinados é conduzida de tal maneira que garanta a perpetuação dessa condição, o que sustenta a dominação a partir de dentro, tendo em vista a reformulação constante das relações sociais de produção.

Nesse sentido, as bases dessa condição de dependência são identificadas na formação de uma determinada divisão internacional do trabalho, divisão essa que acaba por condicionar todo o desenvolvimento posterior da região dependente.

Marini aponta como elemento determinante a inserção latino-americana em referida divisão internacional do trabalho, situando-a a partir da relação de dependência que estabelece com os países centrais, ressaltando o caráter inicial – exclusivamente primário-exportador – e explicando com as devidas mediações, as relações de produção que se processam no capitalismo dependente.

O autor recorda a essencial importância da América Latina na consolidação do capitalismo mundial, por produzir gêneros agrícolas e matérias-primas a preços baixos e também oferta de mão de obra apta a atividade industrial. A partir daí, Marini explica os termos das trocas desfavoráveis entre os países centrais e os periféricos, o que ele chama de intercâmbio desigual.

Para ele, resta aos países latino-americanos exportarem produtos primários – cujos preços tendem a cair em relação aos produtos industrializados – e importarem tecnologias, equipamentos e maquinarias – de custo indiscutivelmente maior, considerando também o monopólio dos países centrais na produção destes produtos, o que lhes permite vendê-los em um preço mais elevado. E explica suas consequências:

O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria num esforço dobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através do recurso a uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2000, p. 122)

Conforme citado, a resposta dada a esta perda de valor produzido por parte dos países dependentes acaba sendo uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, na tentativa de buscar o desenvolvimento, através da superexploração da força de trabalho, com a intensificação dos processos de extração de mais-valia.

Segundo o autor, tal processo explica o forte desenvolvimento da economia exportadora latino-americana apesar do intercâmbio desigual: os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é apropriado no centro da acumulação mundial e a dinâmica capitalista na periferia é garantida pela superexploração da força de trabalho.

Assim, na mesma medida em que a estrutura econômica do continente, nos moldes periférico e dependente, com forte timbre semi-colonial determina as relações sociais de produção, também cria singularmente a *questão social*, sob a qual o Estado vai intervir – nos limites particulares da condição periférica – por meio do gasto social com políticas públicas.

Por esse motivo é importante compreendermos o fenômeno do ponto de vista da totalidade, para que seja revelada a essência do processo de produção e reprodução da vida material, sendo possível situar a política social com seu financiamento público no bojo das contradições que são inerentes ao sistema capitalista, especificamente as que somam-se ao sistema capitalista dependente da América Latina.

Com este intuito e considerando o exposto até então, no próximo item tomaremos a chamada questão social desde a nossa realidade, sob o prisma da superexploração do trabalho segundo Marini (2000), explicitando seu significado histórico, tendo em vista entender política social e gasto social no capitalismo dependente.

2.2.1 Questão Social na América Latina: Dependência e Superexploração

Netto (2004) recorda que, apesar de estar presente no debate contemporâneo do Serviço Social, a expressão *questão social* não tem apenas um significado, uma vez que se registram em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas.

Entretanto, sob uma perspectiva crítica, a chamada *questão social* deve ser compreendida como parte constitutiva das relações sociais no modo de produção capitalista, considerando que está intimamente relacionada com as configurações assumidas pelo trabalho e, deste modo, situada em um terreno de disputa de classes por projetos societários antagônicos.

Assim, para além da aparência que a retrata como mazela da sociedade atual, que freia o desenvolvimento econômico, Cerqueira Filho têm uma definição com razão histórica:

Por “questão social”, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais, econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21)

De acordo com o autor, a *questão social* aparece como um problema concreto no mundo, como resultante do processo de industrialização e de implantação do modo de produção capitalista – com conseqüente surgimento do operariado e da burguesia industrial.

O pauperismo, a subalternidade e fenômenos relacionados não são expressões da *questão social*, mas produtos do supracitado conflito, produzidos no âmbito da produção e distribuição de riquezas no sistema capitalista, nos termos alinhados a seguir:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. (NETTO, 2004, p. 45)

Por este motivo, não cabe obscurecer as relações sociais de produção e reprodução da vida material nas análises que buscam compreender a essência do processo. Entretanto, dadas as particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina, é fundamental considerar a totalidade das suas relações econômico-sociais, tendo em vista o modo particular que a organização do trabalho assume na região.

Tal desenvolvimento constitui, pois, uma relação dialética em que as formas de produção são produto e produtor das formas de organização social e espacial das sociedades, ao passo que a estrutura econômica, de maneira material, interfere em todas as instâncias da vida social ensejando a análise das determinações do sistema como um todo.

Face ao exposto, consideramos que a inserção periférica e dependente das economias latino-americanas no mercado mundial é responsável pelo desenvolvimento colonial de suas formas de produção, proporcionando, segundo Marini (2000), o intercâmbio desigual.

Nestas relações capitalistas de troca, os países dependentes exportam produtos com preços inconstantes no mercado internacional. Além disso, como geralmente caracterizam-se por matérias-primas ou gêneros alimentícios, são produtos que ao encontrarem concorrentes

recorrem à diferenciação de preços como forma ímpar para obter algum poder de mercado – já que as tecnologias necessárias para o desenvolvimento endógeno destes países concentram-se no centro do sistema.

Conforme elucida Marini (2000), deste modo, à medida que a tendência dos preços de referidos produtos é assumir uma trajetória descendente, ao comercializarem no mercado internacional todas as riquezas produzidas internamente, as burguesias nacionais latino-americanas oferecem cada vez mais seu produto com a finalidade de obter a mesma quantidade de outro em troca.

O efeito de tal processo é a necessidade destas burguesias de incrementar a massa de valor produzida, sendo que o fazem repassando a perda para as classes trabalhadoras, por meio de uma maior exploração da força de trabalho contando com três mecanismos, quais sejam, a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, que configuram o modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

[...] É necessário observar além disso que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que ademais se podem dar, e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2000, p. 125-126)

De acordo com o autor, o que aparentemente configura um dispositivo estrutural de compensação em nível de mercado, caracteriza-se como um instrumento que opera internamente no âmbito das relações sociais de produção gerando, nos países dependentes, efeitos severos sobre o trabalho.

Há que se considerar que tais efeitos impõem condições deploráveis de vida às massas, já que a remuneração do trabalhador se mantém a mesma, apesar do expressivo aumento da jornada de trabalho. Nessa conjuntura, a articulação dos mecanismos colocados por Marini (2000) acarreta uma elevação quantitativa no trabalho das massas, o que acaba gerando aumento da produção: a burguesia local deposita mais mercadorias no mercado

internacional e, com a elevação desta oferta, contribui para a diminuição do preço destes produtos, de maneira que se deve produzi-lo em uma quantidade crescentemente maior.

Trata-se de um processo dialético que faz das economias dependentes um ciclo que se aprofunda continuamente, sempre perpetuando e reproduzindo a condição de economias exportadoras. Nos termos de Ribeiro:

Surgem, assim, sociedades que, sendo estruturalmente deformadas desde seu nascimento, crescem com estas distorções, incapazes de superá-las através do simples funcionamento do sistema, porque a própria prosperidade, ao reforçar o vínculo externo com a dependência, se torna fator de atraso. (RIBEIRO, 1978, p. 21)

Nesse contexto, as ditas *transformações no mundo do trabalho* provocadas pela chamada *reestruturação produtiva*, que têm como conseqüência o aumento no número de trabalhadores desempregados e os processos de flexibilização, fragmentação, precarização – além da terceirização/externalização do trabalho – correspondem a roupagens ainda mais severas da exploração do trabalhador no sistema capitalista. Conforme Mota e Amaral:

A reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um “novo equilíbrio”, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais. (MOTA e AMARAL, 2000, p. 27)

As autoras, com o objetivo de estudarem os novos cenários de atuação para o Serviço Social, centralizam a temática do referido ensaio nas transformações da base material da sociedade, provocadas pela chamada *reestruturação produtiva*, que ocasionou novas inflexões no mundo do trabalho, principalmente mudando o paradigma taylorista/fordista em direção a um processo de interação ativa da força de trabalho com o sistema de automação flexível.

Entretanto, centrando nossa análise na realidade latino-americana a partir dela mesma, podemos inferir que tais processos correspondem a composição material dos arranjos necessários – que continuamente se renovam no capitalismo dependente – para a transferência de valor dos países periféricos aos centrais através da superexploração do trabalhador.

Desta forma, a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo, tendo em vista que ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, reproduz crescentemente a tendência das massas ao pauperismo, reproduzindo a chamada *questão social*.

Assim, tem-se que esse fenômeno é possível porque o sistema mantém índices elevados de desemprego e subemprego na mesma medida que possibilita aos formalmente empregados, rebaixamento salarial e ampliação da jornada de trabalho, o que determina um desgaste notório na condição de vida da classe trabalhadora.

Diante do exposto e tendo adotado uma análise histórico-estrutural, podemos dizer que *questão social* na América Latina não constitui um fenômeno recente ou *novo*⁵, mas se traduz como o produto, modificado em alguma medida, das formas assumidas pelo trabalho na dinâmica de reprodução do capital mundial. Nessa linha Valencia indica duas conseqüências principais das recentes transformações:

A primeira se relaciona com a adaptação dos mercados de trabalho às inovações tecnológicas e aos ritmos do ciclo econômico. Resultante desse processo a reestruturação exige capacitação dos trabalhadores e constantemente implementa políticas para colocação destes em múltiplos setores; a segunda é fazer as empresas mais competitivas por meio da flexibilização contratual, aumento da intensidade do trabalho, diminuição dos salários e a desregulamentação das condições de proteção dos trabalhadores. (VALENCIA, 1999, p. 70 – 71)

Tais fenômenos, longe de serem acontecimentos factuais, sob o prisma do capitalismo dependente, configuram arranjos estruturais relacionados com o ciclo de acumulação do capital, com a exploração do trabalhador e com a forma específica em que se reproduz o valor da força de trabalho; principalmente se considerarmos os resultados desastrosos que a perda da capacidade organizativa, a despolitização dos sindicatos e a desagregação das lutas podem provocar para a classe trabalhadora. Hirsch salienta:

A reorganização dos processos de trabalho se dirigem a implantação de novas e mais flexíveis combinações de pessoas e máquinas, a criação de novas hierarquias entre os assalariados e a uma individualização sistemática das relações sociais de produção. Seus objetivos: fragmentar e diversificar o trabalhador massivo taylorista, através do modo de produção, elevar o uso de sua capacidade (produção contínua); e debilitar a organização coletiva de seus interesses. (HIRSCH, 1994 apud VALENCIA, 1999 p. 74)

⁵ Fazemos coro com aqueles que discordam da qualificação, tendo em vista que o paradigma crítico-dialético de análise destaca a centralidade das relações capital/trabalho no modo capitalista de produção e suas contradições. Nesse sentido, tendo em vista que não houve alteração estrutural do sistema, acreditamos que a chamada 'questão social' são velhas expressões fenomênicas da realidade concreta, que tomam novos moldes a cada nova modernização capitalista, mantendo e aprofundando seu cerne de funcionamento: a exploração do trabalhador.

Na América Latina, a resposta periférica à sua condição dependente é mais atual do que nunca, haja vista que a superexploração do trabalho ocorre em suas formas mais dramáticas ao combinar múltiplos elementos que produzem miséria, garantem a distribuição regressiva da renda e da riqueza, tornando cada vez mais agudos os problemas sociais e perpetuando a subalternidade das massas.

Outro ponto importante a se observar, nos termos de Marini (2000), é que o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador não são fenômenos exclusivos das economias dependentes, mas sim do modo de produção capitalista em si mesmo.

Todavia, considerando a condição de metrópole que assumem os países centrais, há uma diferença primordial dentre estas formações sociais e as economias periféricas, pois, às primeiras é permitido diminuir o salário de sua classe trabalhadora sem abandoná-las a miséria, visto que os produtos que compõem a cesta de subsistência de suas massas têm seus preços diminuídos através da deterioração dos termos de troca.

Os preços menores têm conseqüências na reprodução da força de trabalho das massas no centro do sistema, fazendo com que esta se dê a um menor custo, a uma menor quantidade de trabalho necessária, o que possibilita ao capitalista central diminuir seu salário sem empobrecê-lo efetivamente. O mesmo não ocorre na periferia.

Segundo Marini (2000) a esta diminuição do tempo de trabalho necessário se segue um aumento relativo do tempo de trabalho excedente, uma vez que a jornada de trabalho permaneceu constante. Da simbiose de deterioração dos termos de troca e transferência inter-classes de perda de valor por meio da superexploração do trabalho, se deriva a conclusão que das condições de exploração e miséria a que estão submetidas as classes trabalhadoras dos países periféricos é que nasce o bem-estar e o conforto social dos trabalhadores dos países centrais.

Na análise de Marini (1999) destaca-se ainda que, como a superexploração ocasiona maior produtividade do trabalho para o incremento dos lucros de uma minoria, acentua-se assim o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas, pois observa-se uma tendência de compressão do consumo popular tanto da cesta básica de produtos – já que a lógica dos preços internamente não acompanha a lógica dos salários da classe trabalhadora – quanto dos bens ou serviços que envolvam tecnologias importadas pelos países dependentes e acessíveis somente às elites latino-americanas.

Concordando com esta sentença, Ribeiro (1978) defende que a superexploração – impraticável na própria nação dominadora na mesma medida em que é perfeitamente

exequível no caso dos seus proletariados externos – produz uma subumanidade nas áreas de dominação, sendo capaz de explicar o aparente paradoxo que converte as áreas mais ricas nas mais pobres e que condiciona os povos mais miseráveis a custear a prosperidade dos mais opulentos.

A constatação lamentável é que, a partir do momento em que a resposta dada pelas economias desfavorecidas pela troca desigual é a constituição de um modo de produção que cuja base é uma maior exploração do trabalhador e o desenvolvimento de sua capacidade produtiva, se concretiza uma alternativa que, ao invés de se contrapor a este modelo de exploração das economias subdesenvolvidas, acaba fortalecendo-o.

Para Marini (2000) o entendimento deste ponto é fundamental, no intuito de se compreender o motivo da polarização crescente da riqueza e da miséria no âmago das sociedades em que opera a acumulação capitalista, pois somente estudando a estrutura que permite à dependência perpetuar-se nos países periféricos enquanto produz e reproduz pobreza, pode-se resolver a chamada *marginalidade social*.

Na análise de Fernandes (1975, p. 56) essa situação de continuidade da condição dependente destes países, é devido ao seu padrão de acumulação de capital: promover ao mesmo tempo “a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento”.

Portanto, no capitalismo dependente, podemos dizer que há um encadeamento preciso e estrutural entre exploração capitalista e pobreza, que se assenta na superexploração do trabalho enquanto principal mecanismo de transferência de valor que atua na periferia do sistema mundial, visando manter níveis crescentes de lucro para uma determinada classe em detrimento de outra.

Nesse sentido, sustenta-se que a chamada *questão social* na América Latina é decorrente do próprio mecanismo que assume a economia capitalista na periferia do sistema mundial, que engendra uma formação social com intensa desigualdade social e uma ampla reserva de mão-de-obra disponível, para a qual o acesso à proteção social pública – extremamente restrito e mediado por critérios – é a única possibilidade de sobrevivência.

Face ao exposto, passaremos a análise do sistema de proteção social na América Latina, para no próximo capítulo, apresentarmos os dados do gasto social em Brasil e Venezuela, visando revelar a essência das políticas sociais e as tendências político-sociais do continente no século XXI.

2.2.2 As Contradições da Política Social no Capitalismo Dependente

Conforme exposto na metodologia, a investigação sob o enfoque dialético-materialista recomenda situar e analisar os fenômenos sociais em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução, frente às múltiplas causas que os determinam, numa perspectiva estrutural, ou seja, inseridos na totalidade concreta: o sistema capitalista.

Nesse sentido, de acordo com Kosik (1976), a totalidade concreta, como concepção dialético-materialista do conhecimento do real, é um processo que envolve alguns passos: o primeiro refere-se a destruição da pseudoconcreticidade⁶ e o conhecimento de sua objetividade; o segundo é o reconhecimento do caráter histórico do fenômeno; e o terceiro é o conhecimento do significado do fenômeno e de sua função orgânica na história.

O autor ressalta a importância de revelar e analisar a aparência do fenômeno dialeticamente, como ponto fundamental para atingir sua essência. Em consonância com esta lógica, procuramos neste tópico, caracterizar a aparente e fetichizada objetividade da política social na América Latina, diante das determinações histórica e econômica-política, estruturalmente articuladas pelo sistema, evidenciando seu significado e considerando as forças em confronto no modo de produção capitalista.

Situadas como desdobramentos às demandas e lutas sociais, o formato fenomênico das políticas sociais em todo continente – debilitado pelo eurocentrismo, impregnado de conservadorismo – reflete a natureza do seu objetivo: fragmentar ações residuais, com foco restrito a segmentos específicos, longe de propiciar aos usuários o provimento das necessidades sociais e nem remotamente contribuir para o que Marx (2002) chamou de emancipação humana. Sua aparência fetichizada, é portanto, ser propagada e entendida como caridade e bem-estar do Estado.

Deste modo, políticas sociais são mecanismos de *enfrentamento parcial das seqüelas* da chamada *questão social*, ao passo que, através delas a intervenção estatal associa suas funções econômicas e políticas para promover políticas setoriais que recortam as *expressões da questão social* em *problemáticas* particulares e fragmentadas que se configuram como mecanismos de gestão do Estado na mediação dos conflitos sociais.

Na rede institucionalizada de dominação político-ideológica burguesa, tais estratégias são fundamentais para o movimento essencial da política social, caracterizado pela necessidade do Estado de preservação e controle da força de trabalho.

⁶ “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana que com a sua regularidade, imediatismo e evidência penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade”. (KOSIK, 1976, p. 11).

Assim, na sua essência, configuram-se como formas públicas de enfrentamento aos impactos sociais decorrentes dos processos de produção e reprodução material da vida humana, com objetivo primordial de garantir continuamente as condições políticas e econômicas para acumulação de capital. Nos termos de Faleiros:

As medidas de política social só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas [...]. É uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social. (FALEIROS, 1991, p. 55-63)

Enquanto um conjunto de direitos efetivados mediante políticas de Estado que visam assegurar a reprodução do capital e do trabalho, a política social aparece como um mecanismo fundamental à manutenção das condições necessárias à acumulação e à legitimação da ordem capitalista no momento histórico em que as institucionalizou no centro capitalista; como resposta às lutas da classe trabalhadora europeia pelo reconhecimento dos seus direitos, decorrentes das relações então instaladas desde o chão da fábrica, precisamente a partir da segunda metade do século XIX.

Assim, o Estado europeu liberal reconheceu os direitos civis, orientados, sobretudo, para a segurança da propriedade privada, mantendo as condições de exploração do trabalho assalariado no século XIX e os direitos políticos já no século XX (COUTINHO, 1996). O Estado de Bem Estar que o sucedeu estendeu para o padrão social-democrata as garantias sociais que vinham sendo incorporadas lenta e gradualmente até então naquele contexto e espaço históricos.

No entanto, diferentemente dos países onde o consumo de massa e o pleno emprego, que, num determinado período, foram indispensáveis ao processo de valorização do capital – o que possibilitou o *Welfare State* europeu – “nunca existiu rigorosamente, nem no Brasil nem em qualquer outro país latino-americano” (PAIVA, 2007, p. 11), a referida experiência.

Por aqui, em realidade as demandas sociais, têm sido uma reivindicação solitária das classes subalternas, sem maiores coalizões políticas com outros extratos sociais, ou seja, esse compromisso nunca esteve presente em nenhuma aliança ou agenda que envolvesse as diferentes frações da burguesia. Além disso, a história nos revela que a grande parte das burguesias latino-americanas não tem nenhum interesse em participar de um “pacto” em torno da desprivatização e da democratização do Estado.

Portanto, ao estabelecimento das políticas sociais na periferia do sistema mundial de acumulação combinam-se necessidades decorrentes do atendimento às demandas próprias de determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo e das pressões das lutas de classe, ativadas pelas mobilizações da classe trabalhadora. Constitui-se, assim, um espaço complexo de tensões, conflitos e lutas entre diferentes sujeitos sociais, segundo Paiva:

As políticas sociais, no bojo das estratégias de intervenção do Estado, estão organizadas de acordo com as exigências da acumulação ampliada do capital, num movimento forjado para aglutinar os reclames específicos, postos pela dinâmica da economia de mercado, e as demandas típicas do projeto de dominação político-ideológica da ordem burguesa, cujo cenário é o processo de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo monopolista. (PAIVA, 2003, p. 50)

A fase monopolista de desenvolvimento do capitalismo remete a sua face imperialista, onde nasce a grande empresa capitalista que transforma o sistema para potencializar a acumulação através de mercados organizados sob a forma de oligopólios, permitindo o domínio territorial. Estes últimos são frutos da concentração e centralização do capital nas metrópoles, detentoras do progresso tecnológico. Netto relaciona a este período a origem das políticas sociais no Brasil:

Esbatendo-se no mercado mundial – onde a monopolização rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocolonialistas – o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. [...]. O mais significativo, contudo, é que a solução monopolista – a maximização dos lucros pelo controle dos mercados – é immanentemente problemática: pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos inerentes à acumulação e à valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extra econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado. (NETTO, 1992, p. 19-20)

Nesse contexto, pensar criticamente o surgimento e o desenrolar da política social na América Latina exige retomar a acumulação capitalista mundial, dada a já citada forma peculiar de formação da economia capitalista na região, em que “nossos países se formam como tais dentro da situação de dependência e, portanto, dentro do processo de expansão mundial do capitalismo” (DOS SANTOS, 1986, p. 303).

Conforme elucidado anteriormente, o capitalismo dependente caracteriza-se como uma forma particular de desenvolvimento capitalista em que a conjuntura internacional através da dominação dos países centrais, conforma e condiciona determinado tipo de estrutura interna. O supracitado sistema permite as economias dominantes disporem de predomínio tecnológico, comercial, de capital e sócio-político sobre os países dependentes, impondo-lhes condições de exploração e extração de parte do excedente produzido internamente.

Esse ponto é primordial, dada a importância da realização lucrativa do excedente para que a reprodução de capital possa ocorrer de forma a proporcionar o desenvolvimento interno do país. Segundo Baran e Sweezy (1966 apud Paiva 2003) o excedente – entenda-se a diferença para mais entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção – pode adquirir três formas: a) campanhas publicitárias visando estimular o incremento do consumo, através da manipulação dos consumidores; b) gastos militares, através da produção, comercialização de armas, manutenção e incremento das estruturas de *combate* à violência e de guerra; c) a administração civil, onde:

[...] as compras não destinadas a defesa incluem aquisições de bens e serviços para as finalidades civis pelo governo federal, estaduais e municipais. As transferências financeiras incluem benefícios aos desempregados, pensões aos velhos, aos veteranos, etc. (BARAN e SWEEZY, 1966, apud PAIVA, 2003, p. 36)

Ora, se o mecanismo de absorção do excedente pela administração pública fica prejudicado em decorrência da lógica a qual estão submetidos os países dependentes, conseqüentemente, prejudica-se também o ciclo de produção e reprodução do capital internamente. Isso acontece em decorrência da dependência impossibilitar a reprodução dos mecanismos de regulação necessários à conservação da ordem vigente, abandonando as classes subalternas ao constrangimento daquilo que Marx (2006) chamou de meras condições materiais de existência. De acordo com Paiva e Ouriques:

Nas economias centrais, realizar lucrativamente o excedente significa, dentre outros aspectos, manter o salário dentro dos parâmetros aceitáveis à reprodução do capital e, ao mesmo tempo, criar um mercado potencial onde o excedente possa ser realizado, nos limites objetivos da ordem burguesa. Nessa perspectiva, as políticas sociais – fortemente inscritas na regulação salarial formal – desempenham um papel estratégico na manutenção dos esquemas de coesão social, mas também contribuem para a organização do mercado capitalista, ao favorecer a participação dos trabalhadores como consumidores. Essa é uma dinâmica inteiramente distinta daquela que se

processará nas economias exportadoras latino-americanas. (PAIVA e OURIQUES, 2006, p. 168)

Anteriormente colocado, o destino peculiar das economias periféricas da América Latina, na medida em que lhes reserva a constante reprodução de sua condição de dependência, é limitado pela estruturação de processos econômico-sociais internos no continente, levando ao intercâmbio desigual e à conseqüente superexploração do trabalhador em virtude de um determinante desta condição: a transferência de valores para as metrópoles.

Nessa conjuntura, sendo o Estado latino-americano vassalo dos países centrais, pode ser verdadeiramente caracterizado como “comitê para administrar os negócios comuns da burguesia” (MARX e ENGELS, 2002, p. 47), tanto em relação a sua elite interna, quanto à população das metrópoles que mantém um padrão de vida e acumulação em detrimento da deterioração do trabalho nos países periféricos.

Ao encontro dessa prerrogativa, Ouriques (2001) analisa que mesmo existindo formas de regulação distintas ou eventuais correlações de forças favoráveis aos trabalhadores, estas nunca eliminaram dois elementos fundamentais do capitalismo: o primeiro refere-se a rentabilidade, que enquanto meta essencial e inabalável na sociedade capitalista condiciona a realização das políticas sociais a existência de um determinado excedente econômico (produzido pelos trabalhadores); o segundo, é que para assegurar este processo de acumulação baseado na mais-valia o Estado sempre adquire um caráter de classe.

No caso latino-americano, o terceiro caminho apontado por Baran e Sweezy, ou seja, a fração do excedente econômico do capital utilizado para sustentar o financiamento das políticas sociais, raramente sobeja o suficiente para contemplar as massas, de modo que se observa a proliferação crescente da pauperização, mesmo sob a dinâmica de certo desempenho econômico favorável. Retornamos a Marini para explicar com precisão o contexto a que nos referimos:

A diferença do que acontece nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está sujeita à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação exportação-importação: ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação e se traduz em receitas que se aplicam, em sua maior parte, em importações. A diferença entre o valor da exportação e das importações, isto é, o excedente aplicável, sofre, pois, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (MARINI, 1999, p. 115).

Constata-se, a partir da singularidade de abrangência continental, o grau de contraditoriedade estrutural da política social do Estado capitalista dependente, particularmente subordinada aos condicionantes econômicos externos que causam condições cada vez mais precárias de trabalho aos povos, fragmentando suas lutas e abandonando-os as múltiplas faces da miséria.

Assim, principalmente na América Latina, onde a maioria das alternativas estratégicas para expansão das garantias e direitos sociais sempre atenderam a intensa e demorada luta política dos trabalhadores, afirma-se que a concreta intervenção estatal por meio de políticas sociais, e qualquer possibilidade de conquista social para as massas, é sobretudo resultado da correlação de forças político-sociais no sistema capitalista.

A organização das classes subalternas é importante não somente para politizar os movimentos, visando obter maior efetividade nas lutas contra a ordem estabelecida, como também para buscar romper com o atual formato das políticas sociais que, além de privilegiar o pseudo-merecimento, é claramente destruidor do caráter protagonista das massas:

Quem não pode pagar de outro modo deve, continuamente, pagar com sua pessoa, o que é um exercício extenuante. [...] O solicitador não tem mais nada a apresentar senão o relato de sua vida, com seus fracassos e suas privações: escruta-se este pobre material para identificar uma perspectiva de reabilitação a fim de construir um projeto, de definir um contrato de inserção. Os fragmentos de uma biografia esfacelada constituem a única moeda de troca para o acesso a um direito. Não é verdade que esse tratamento do indivíduo convenha a um cidadão pleno. (CASTEL, 1998, p. 209 apud PAIVA, 2006, p. 20)

Infelizmente, a política social torna-se um mecanismo que tem a tarefa de tentar minimizar os efeitos da pobreza, estimulando a tomada de responsabilidade pela chamada *sociedade civil*, ou em direção análoga, reforçar a visão dos problemas sociais como se fossem chagas particulares dos indivíduos, pulverizando ações emergenciais que tampouco tem a pretensão de transformar as condições de vida da população.

Por esse motivo é precipuamente importante a organização das massas, pois somente os processos políticos de resistência podem avançar no sentido de superar as determinações econômicas que, sob a ordem do grande capital, comandam a dinâmica interna de produção e reprodução da vida material na América Latina.

Desta maneira, para além da alocação autoritária de decisões do governo, as políticas sociais devem almejar o horizonte da ação coletiva que realmente concretiza direitos sociais, em busca da satisfação das necessidades sociais.

Segundo Paiva (2007) apesar de na América Latina as políticas sociais nunca terem sido pungentes e decisivas para satisfação das necessidades sociais numa escala de massas, considerando que atingem apenas um contingente significativo dos setores médios e dos trabalhadores formais, não se deve desprezar seu compromisso com a transformação do atual modelo.

Na análise da autora, nutridas pela perspectiva da luta de classes, as políticas sociais são engrenagens reconhecidamente especiais para democratização dos sistemas de transferências das receitas públicas, invertendo o atual fluxo político – de exclusivo mecanismo de financiamento da acumulação do capital são transformadas, pela mobilização protagônica da população, em estratégias de expansão das garantias e direitos sociais.

É inspirador lembrar a utopia de Marx por uma ordem social na qual *o livre desenvolvimento de cada um é a condição necessária para o livre desenvolvimento de todos*. Do que se trata é desvendar os vieses da luta política cotidiana dos indivíduos, grupos sociais e movimentos organizados no acesso aos bens e direitos sociais, numa combinação entre a regência das necessidades humanas - do corpo ou do espírito - ou como diz Marx - do estômago ou da fantasia - com a satisfação ética, coletiva e justa destas necessidades⁷. (PAIVA, 2007, p. 07)

A perspectiva de socialização das estruturas de poder político, pressupõe a idéia de transformar os mecanismos que produzem a desigualdade e a exploração. Nessa medida as políticas sociais se subordinariam a organização do protagonismo popular, e às suas soberanas decisões quanto à utilização dos recursos públicos, consagrando assim uma dinâmica revolucionária, por meio da radicalização da democracia.

Desse modo, radicalizar a democracia significa não somente permitir que as massas alcancem o poder político, implica também em priorizar o acesso a cultura e ao conhecimento em caráter universal, mas principalmente possibilitar o acesso e usufruto às riquezas coletivamente produzidas pelo conjunto da classe trabalhadora.

Essa prerrogativa atende a preocupação histórica de consolidar a práxis política, considerando que essa dinâmica é capaz de impulsionar a emergência dos sujeitos sociais,

⁷ Aqui a autora faz um esclarecimento colocando que a questão reúne muitos desdobramentos, tais como a redução da noção de necessidades humanas à sua expressão material ou econômica, o relativismo das análises nas Ciências Sociais, e ainda a fluidez da distinção entre necessidade (algo que se não é satisfeito resulta em graves danos aos indivíduos e à sociedade) e desejo (objetivos que resultam de preferências específicas individuais e da cultura). E sobre o conceito de necessidades humanas como fundamento para as políticas sociais recomenda: PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas**: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

para que estes – ao passo que criam sua própria realidade – realizem a liberdade não como estado, mas como atividade histórica (KOSIK, 1976, p.221). Nas palavras de Dussel:

Libertar não é só quebrar cadeias (o momento negativo), mas “desenvolver” (libertar no sentido de dar possibilidade positiva) a vida humana ao exigir que as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam à mera reprodução como repetição de “o Mesmo” – e simultaneamente exclusão das vítimas. Ou é, diretamente, construir efetivamente a utopia possível, as estruturas ou instituições do sistema onde a vítima possa viver, e “viver bem” (que é a ‘nova boa vida’) é tornar livre o escravo; é culminar o processo da libertação como ação que chega à liberdade afetiva do anteriormente oprimido. É um “libertar” para o *novun*, o êxito alcançado, a utopia realizada. (DUSSEL, 2002, p. 566)

Nessa perspectiva, política social deixa de ser instrumento exclusivo ou mecanicamente subordinado ao capital no sentido de preservar a acumulação, para – referenciada no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas – para operacionalizar mecanismos de realização da verdadeira democracia e da liberdade positiva, onde o homem em que “[...] a política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes” (OURIQUES, 2005, p. 140)

A análise do gasto social que realizamos neste trabalho almeja verificar em que medida Brasil e Venezuela buscam rupturas com o atual modelo focalista e restritivo das políticas sociais ou se caminham para uma nova dimensão política com perspectivas emancipatórias, tendo em vista que – se assim for – cultivam uma preciosa estratégia de inversão da pobreza e da dependência.

3. TENDÊNCIAS DO GASTO SOCIAL EM BRASIL E VENEZUELA

Na seção anterior tomamos o fenômeno estudado – política social – a partir da sua manifestação na realidade até a sua localização na totalidade concreta: o sistema de produção capitalista dependente da América Latina.

Seguindo a lógica exposta na metodologia, visando completar o movimento que vai do abstrato ao concreto, a seguir procedemos com o levantamento dos dados empíricos e análise do gasto social em Brasil e Venezuela, inseridos na realidade estrutural estudada, tendo em vista a recuperação de novas determinações que afetam a concretização deste fenômeno.

Brasil e Venezuela foram escolhidos para esta análise por partilharem do mesmo processo histórico e social, no que se refere a sua inserção dependente no âmbito do sistema mundial, e por terem trilhado por momentos históricos e políticos comuns e ao mesmo tempo tão singulares em termos de disseminação de esperança para as massas.

Assim, consideramos que ambos os países apresentam uma diversidade na unidade, da mesma maneira que a realidade concreta de outros países latino-americanos, uma vez que todos são submetidos às mesmas condições seculares de exploração. Nos termos de Feijóo:

Cada país latino-americano é específico, e a história de cada um demonstramos as suas peculiaridades. Não obstante, isso não elimina a presença de traços comuns que afetam aspectos decisivos das suas estruturas sociais. São elas que nos permitem assinalar a presença de uma dinâmica histórica de caráter mais ou menos geral. (FEIJÓO, 1997, p. 15)

Tratam-se de conteúdos heterogêneos, específicos em cada caso, mas com formações estruturais comuns. Conforme abordado anteriormente, dentro da reprodução continuada do sistema de espoliação, consideramos a dependência como determinante nas relações entre países centrais e periferia.

Nesta seção pretendemos verificar em que medida Brasil e Venezuela possibilitam a democratização do poder, da cultura e do acesso universal à riqueza coletivamente construída – ou interditam – pela via das políticas sociais. Aproveitamos também para estender a análise para a região, buscando discorrer sobre as tendências político-sociais em curso na América Latina.

3.1 GRANDES NÚMEROS DO SUBDESENVOLVIMENTO: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-SOCIAIS

A análise do financiamento público das políticas sociais possibilita inferir sobre os rumos e tendências político-sociais de determinado país e/ou região. Com este intuito, inicialmente traremos os principais dados sociais e econômicos de Brasil e Venezuela, tendo em vista solidificar a base comparativa e amparar as análises posteriores.

Um primeiro marcador refere-se à análise do Produto Interno Bruto – PIB, pois além de evidenciar o dimensionamento da riqueza socialmente produzida em determinado país, atende a parâmetros equivalentes. Desta forma, considerando ano base de 2005 para Venezuela, com cerca de 26 milhões e 577 mil habitantes, o PIB *per capita* é da ordem de 4.939,00 dólares, ou seja, não se trata de um país rico, ainda que com uma renda petroleira excepcional, como se sabe.

Com a população de 187 milhões e 597 mil habitantes, em 2005, o Brasil possui um PIB *per capita* menor, no valor de 3.573,00 dólares. Há uma proporcionalidade, portanto, na composição da distribuição da riqueza e menos em termos de magnitude. Assim, se a Venezuela possui um PIB inferior, ela também é menor populacionalmente. A seguir, a Tabela 1 registra os números referentes ao PIB e a Tabela 2 registra o PIB *per capita*, ambas ano a ano.

Tabela 1. PIB a Preços Constantes de Mercado (Milhões de Dólares ano 2000).

PIB a Preços Constantes de Mercado (Milhões de dólares - ano 2000)		
	Brasil	Venezuela
2000	6.010.732.697	1.171.476.146
2001	6.096.153.953	1.211.238.812
2002	6.213.809.724	1.103.975.774
2003	6.247.364.297	1.018.783.249
2004	6.553.485.147	1.200.682.606
2005	6.704.215.306	1.312.696.839

Fonte dos dados: BADEINSO/CEPAL

Elaborado pela autora.

Tabela 2. PIB *per capita* a Preços Constantes de Mercado (Milhões de Dólares ano 2000).

PIB per Capta a Preços Constantes de Mercado (Milhões de dólares - ano 2000)		
	Brasil	Venezuela
2000	3.444	4.819
2001	3.439	4.891
2002	3.454	4.378
2003	3.424	3.969
2004	3.541	4.596
2005	3.573	4.939

Fonte dos dados: BADEINSO/CEPAL

Elaborado pela autora

Um dado adicional que merece ser registrado, diz respeito ao crescimento da economia destes dois países. Depois de anos com crescimento quase vegetativo, Brasil em 2005 expandiu sua riqueza em 2,5%, contra 9,3% da Venezuela. Segundo dados da CEPAL (2005) a economia venezuelana reage mais dinamicamente do que todas as demais economias latino-americanas com esse espetacular crescimento, seguida bem de perto pela Argentina, com 8,6%.

Por outro lado, o Brasil, com a manutenção da política conservadora de ajuste fiscal, alcançou um crescimento que não chega a 3%. É a pior posição, (empatado com El Salvador), com exceção do Haiti, que menos cresceu na região – todavia, este país passou por um conflito militar de longa duração e ainda hoje se encontra mergulhado em uma profunda crise, e mesmo assim obteve uma taxa de 1,5% de crescimento, maior do que a brasileira em 2003.

Entretanto, conforme elucidado na seção anterior, em decorrência do capitalismo dependente e da conseqüente superexploração do trabalhador, o crescimento econômico – ou não – pouco diferencia os índices de pobreza e desigualdade social.

Prova disso, é que a magnitude da pobreza na América Latina vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Ao compararmos a evolução da pobreza entre 1999 e 2005 percebe-se uma diminuição em termos relativos, de 43.9% a 39.8%, e da indigência, de 18.7% a 15.4%. Contudo, em termos absolutos, essa diminuição relativa não foi suficiente para compensar o crescimento da população e, no ano 2004, no que havia um total de 21

milhões de pobres a mais do que em 1990 (CEPAL, 2005). Neste sentido, em termos absolutos, o número de pobres e indigentes⁸ na América Latina aumentou no período, como pode ser constatado no gráfico abaixo.

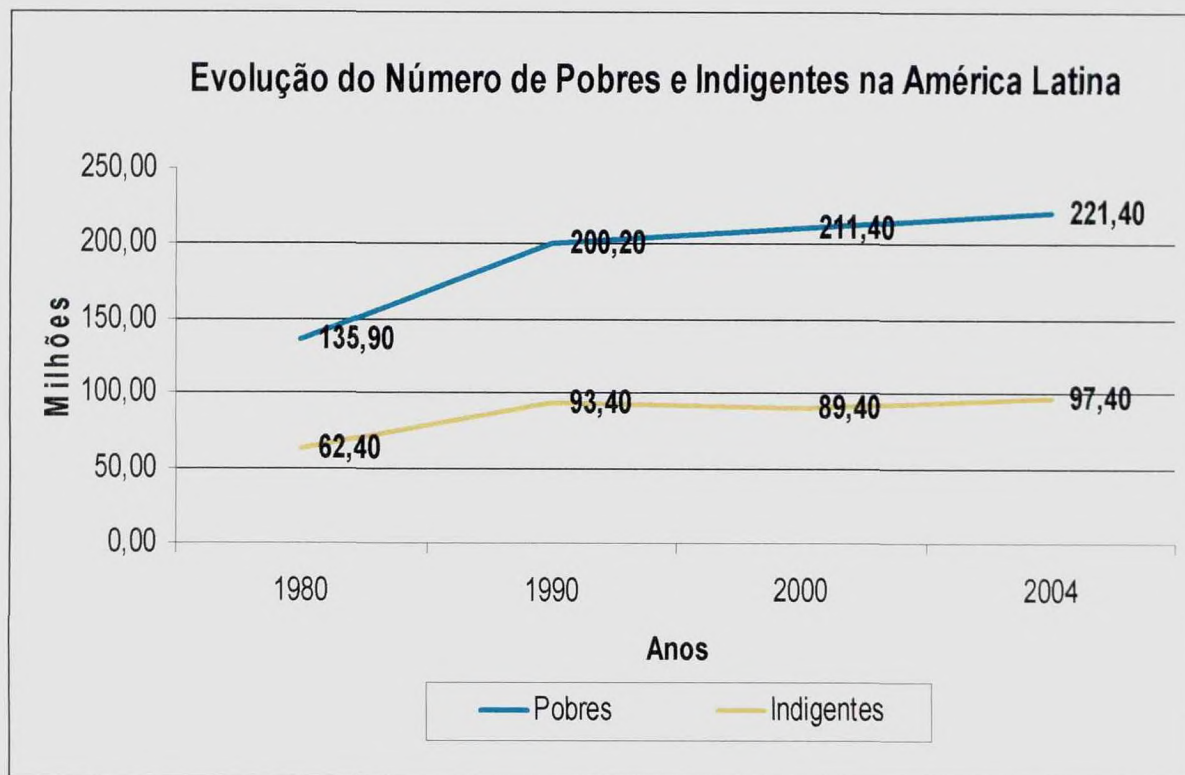


Gráfico 1. Evolução do Número de Pobres e Indigentes na América Latina.

Fonte: Panorama Social da América Latina e Caribe/2005 – CEPAL. Elaborado pela autora.

O impacto desse quadro é visível nas áreas de educação, saúde e saneamento, onde são verdadeiramente alarmantes as carências e penúrias de milhões de pessoas no continente. O fenômeno se vincula também com a precarização das relações de trabalho: por exemplo, a taxa média de desemprego⁹ na região subiu de 7,3% em 1990 para 10,8 em 2005, sabendo-se que, em realidade, as cifras não oficiais denunciam que estes números atingem patamares bem mais elevados.

Nas mesmas trilhas, a pobreza absoluta no Brasil também aumentou. Porém, dados governamentais da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, realizada no ano de 2004 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não evidenciam esse contexto, por

⁸ Pelo critério metodológico da CEPAL são consideradas ‘pobres’ as pessoas que obtém uma renda inferior ao valor da linha de pobreza, ou valor mínimo necessário que permite satisfazer suas necessidades básicas. A linha de pobreza expressa em moeda nacional é derivada a partir do cálculo do custo de uma cesta de bens e serviços básicos.

⁹ Essa taxa foi calculada pela CEPAL em 2006, baseada nas cifras oficiais dos países.

terem utilizado outros critérios metodológicos de medição de pobreza. Segundo esses dados, a pobreza no país, que assolava 38% da população (média da década de 90), passou para 35% em 2004. Salienta-se que a classificação restringe o resultado da pesquisa, na medida em que foi criada uma ‘camada média baixa’.

Critério de Classificação Metodológica	
Renda Domiciliar Per Capta IBGE - PNAD, 2004	
Indigentes:	Abaixo de US\$ 35
Pobres:	De US\$ 35 a US\$ 70
Camada média baixa:	De US\$ 70 a US\$ 115
Camada média média:	De US\$ 115 a US\$ 227
Camada média alta:	De US\$ 227 a US\$ 455
Ricos:	De US\$ 455 a US\$ 1674
Riquíssimos:	Acima de US\$ 1674
Fonte dos dados: IBGE	
Elaboração própria	

Quadro1. Critério de Classificação Metodológica: Renda Domiciliar *per capita* PNAD/IBGE 2004.

Nesse sentido, um documento da UNESCO¹⁰ (2002) sobre a pobreza na América Latina, aponta uma crítica aos conservadores critérios metodológicos utilizados para medição da pobreza e assinala que, em termos absolutos no Brasil, 43,5% da população ganha menos de US\$ 2 por dia e mais de 40 milhões de pessoas vivem em estado de miséria absoluta.

Em relação à Venezuela, dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística – INE evidenciam que a taxa de pobreza permaneceu em média 48% entre 1999 e 2001, sendo que aumentou em virtude da greve dos petroleiros e da recessão econômica que abalou o país em 2002-2003, voltando a cair após este período. A Tabela 3 aponta estes dados.

¹⁰ O documento é de autoria de Bernardo Kliksberg: “América Latina: Uma Região de Risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social”.

Tabela 3. Magnitude da Pobreza, Venezuela 1999 – 2005.

Magnitude da Pobreza		
Venezuela, 1999 - 2005		
Ano	Período	População Abaixo Linha Pobreza (%)
1999	1º Semestre	49,99
	2º Semestre	48,69
2000	1º Semestre	48,31
	2º Semestre	46,34
2001	1º Semestre	45,51
	2º Semestre	45,38
2002	1º Semestre	48,13
	2º Semestre	55,36
2003	1º Semestre	61,00
	2º Semestre	62,09
2004	1º Semestre	60,15
	2º Semestre	53,90
2005	1º Semestre	48,80
	2º Semestre	43,70

Fonte dos dados: INE - Venezuela
Elaboração própria

No caso venezuelano, pode-se notar que o aumento da pobreza que ocorreu entre 2002 e 2003 é resultado da crise que assolou o país após a tentativa militar-burguesa de golpe de Estado em abril de 2002, da mesma maneira a redução da pobreza que ocorreu a partir do primeiro semestre de 2004 até o final de 2005 é proporcionalmente correlata as estimativas econômicas e ao aumento do crescimento da Venezuela em 2004 (18%) e em 2005 (9,3%).

Nessa esteira, em termos comparativos, Brasil e Venezuela possuem desafios semelhantes, não somente pela dimensão econômica equivalente, mas também por partilharem das determinações gerais do capitalismo na América Latina. É importante destacar esse traço comum, pois dada a condição periférica de nossa economia, tem-se que o crescimento do PIB em *nuestra america* não constitui dado suficiente para a ampla e efetiva democratização do sistema.

Outra conseqüência estrutural no modo de produção capitalista dependente, refere-se ao aumento dos níveis de violência, como resposta à miséria dos povos, a precariedade do chamado “mercado de trabalho” e a incapacidade do sistema para inserir todos os indivíduos. Dados da UNESCO (KLIKSBERG, 2002) revelam que depois da África, a América Latina é a região do mundo com maior número de homicídios, chegando a 28,4 por 100.000

habitantes, sendo que, a crescente violência latino-americana tem a sua maior taxa de incidência entre os jovens.

É sabido que a formação social engendrada pelo capitalismo dependente na América Latina produz intensa disparidade social e uma ampla reserva de mão-de-obra disponível. Assim, uma das características mais relevantes da situação social é a intensa concentração de renda que se apresenta na maioria dos países da região. Em matéria distributiva, o continente é, de fato, considerado a região mais desigual do mundo, mesmo quando comparada com regiões de menor desenvolvimento social e maiores níveis de pobreza.

A partir do Gráfico 2, observa-se a especificidade que a América Latina apresenta em matéria distributiva: os 10% mais ricos deste continente concentram uma elevada participação da renda total latino-americana, enquanto que os 40% mais pobres participam de menos de 15% da renda latino-americana.

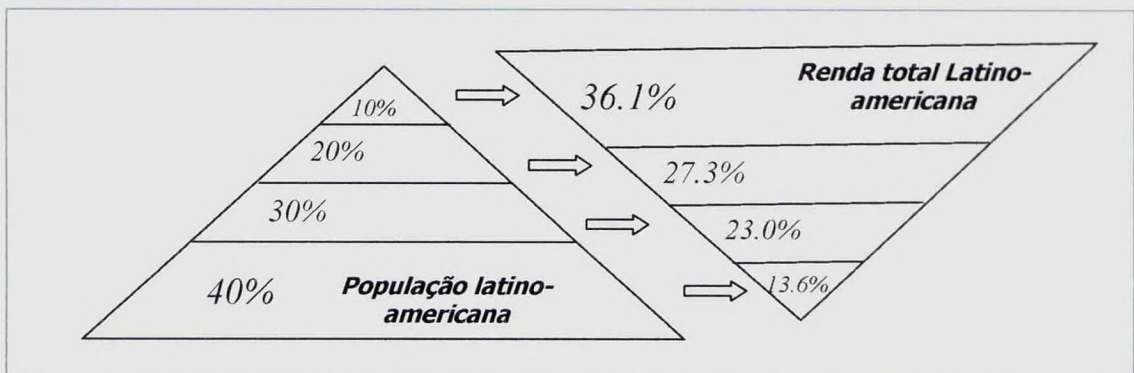


Gráfico 2. Apropriação da Renda Latino-Americana. Fonte: (FERRADAS, 2005, p. 56).

A distribuição de renda na Venezuela é muito similar ao patamar latino-americano. O Brasil, historicamente o país de maior desigualdade da região, apresenta os dados mais impiedosos. Um elemento importante a se observar, é a quase inexistente mobilidade desta conjuntura perversa nos últimos 6 anos, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4. Distribuição de Renda.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA								
Anos	40% Mais Pobres		30% Seguintes		20% Anterior		10% Mais Ricos	
	Brasil	Venez.	Brasil	Venez.	Brasil	Venez.	Brasil	Venez.
1999	10,1	14,6	17,3	25,1	25,5	29,0	47,1	31,4
2003	11,2	14,3	18,3	24,9	25,7	29,5	44,9	31,3
2004	11,7	16,1	18,7	26,5	25,6	28,9	44,1	28,5
2005	11,9	14,8	18,5	26,1	25,0	28,3	44,6	30,8

Fonte: Panorama Social da América Latina e Caríbi/2006 - CEPAL

Elaboração própria

Face ao exposto, uma melhor redistribuição de renda – certamente combinada com outro tipo de desenvolvimento econômico – parece constituir um elemento fundamental para superar a pobreza nas sociedades latino-americanas. Sendo assim, o investimento social governamental é primordial, tendo em vista que sua principal atribuição é transferir às massas parte da renda que estas produzem, por meio do acesso ao fundo público.

Nessa medida, recupera-se a processualidade da política social, a partir de um esforço crítico para compreender seu lugar na história: um terreno de disputa de classes pelos recursos públicos. Para tal, é indispensável retomar suas múltiplas determinações:

[...] de um lado, a cultura política e a correlação de forças políticas processada pelas classes sociais entre si, e entre elas e o Estado, na consagração dos direitos sociais e na reelaboração das demandas e conquistas sociais; de outro, a dinâmica econômica de tributação, de organização dos recursos captados pelo fundo público e de sua distribuição, por entre as distintas áreas de investimento das políticas públicas, seja para concretizar direitos sociais, seja para intensificar o processo de acumulação capitalista e obstaculizar conquistas sociais, expressão da tensão contínua entre ordem do capital e democracia. (PAIVA, 2003, p. 126).

Apesar da imponente da pobreza no Brasil, na Venezuela e na região, alguns indicadores sociais, tais como esperança de vida, taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, apresentam avanços na última década. O comparativo entre os dois países selecionados, retratado no Gráfico 3, refere-se a uma média do crescimento desses indicadores, nos últimos 5 anos:

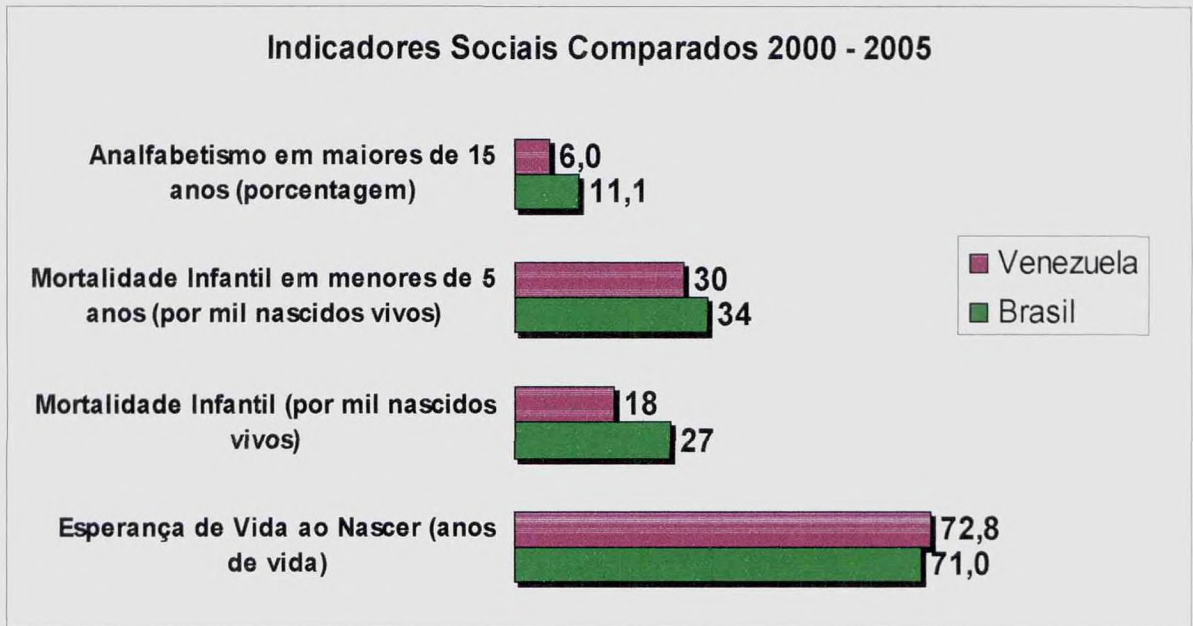


Gráfico 3. Indicadores Sociais Comparados 2000 – 2005.

Fonte: Panorama Social da América Latina e Caribe/2005 – CEPAL. Elaborado pela autora.

É evidente que, apesar de se inscreverem no mesmo modo de produção capitalista, periférico e dependente, os indicadores sociais da Venezuela expressam uma melhora significativa em relação aos dados do Brasil, possivelmente evidenciando singularidade nas dinâmicas políticas. Destaca-se, por exemplo, no indicador analfabetismo, que os números da Venezuela correspondem a praticamente a metade do caso brasileiro.

Desta maneira, mesmo que a reafirmação dos nexos da dependência entre países centrais e periféricos ocorra cotidianamente através da intensificação dos meios de extração de mais-valia dos trabalhadores em todo continente, é possível que a vontade política do Estado venezuelano com a chamada *Revolução Democrática Bolivariana* esteja realizando os compromissos firmados com o seu povo.

Na próxima seção faremos a análise do gasto público em Brasil e Venezuela, visando avaliar em que medida o financiamento público das políticas sociais está encadeando um processo que vá ao encontro do anseio das massas, promovendo uma re-significação na vida das classes subalternas e um outro direcionamento ao paradigma vigente de democracia.

3.2 GASTO PÚBLICO TOTAL: A DEPENDÊNCIA EM DADOS

A análise do gasto social nos permite cotejar sobre as tendências em que atuam as políticas sociais: se apaziguando manifestações da miséria, conciliando conflitos, ou contribuindo para emancipação dos sujeitos, democratizando acessos. Por este caminho, o

próximo indicador é o gasto governamental em Brasil e Venezuela, conforme a Tabela 5, onde constam informações referentes ao gasto público em geral, composto de todas as despesas: Custeio, Pessoal, Políticas Públicas, Investimentos e Gastos com as Dívidas, principalmente.

Tabela 5. Gasto Público Total como Porcentagem do PIB.

Gasto Público Total como Porcentagem do PIB		
	Brasil	Venezuela
2000	19,01	29,60
2001	20,22	31,60
2002	17,49	29,40
2003	21,70	31,00
2004	21,60	29,10
2005	21,72	29,50

Fonte dos dados: Brasil : BADEINSO/CEPAL; Venezuela: BCV e ONAPRE
Elaboração própria

Como se pode constatar, em termos percentuais, a participação do gasto estatal é significativamente maior na Venezuela, perto de 30%, do que no Brasil, o qual não ultrapassa 22%. Isto pode indicar uma presença mais efetiva da esfera pública na organização da sociedade venezuelana do que no caso brasileiro, numa demonstração de que a democratização da riqueza segue caminhos distintos nos dois países.

Certamente que a análise da próxima seção, com os dados do financiamento das políticas de seguridade social e educação, poderá confirmar ou rejeitar esta hipótese, já que desta maneira é possível dimensionarmos o comprometimento público com direitos sociais das classes trabalhadoras. Entretanto, antes de apontarmos as informações referentes à proteção social, cabe apontar números conhecidamente reveladores, no caso o da dívida pública, como retratados no gráfico seguinte:

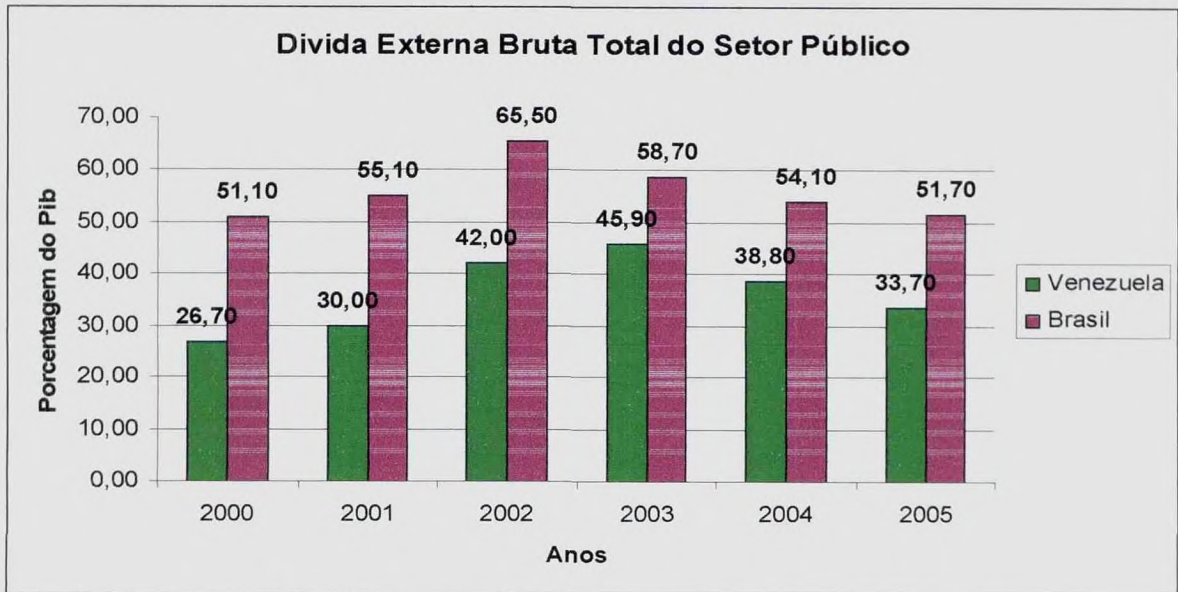


Gráfico 4. Dívida Externa Bruta Total do Setor Público.
Fonte: Brasil: BCB/IPEA; Venezuela: BCV. Elaborado pela autora.

De acordo com Ouriques (2001, p. 33), o endividamento limita de maneira estrutural a possibilidade de realização de políticas públicas, entre outras coisas, porque a racionalidade econômica em curso implica em ajustes permanentes sobre esse déficit estatal de origem financeira. Nessa linha, Furtado argumenta:

O que vem seguidamente é a dolorosa história dos ajustamentos impostos aos países devedores (...). Esses ajustamentos exigem um consenso e uma disciplina social difíceis de serem alcançados em qualquer país, e mais ainda em sociedades marcadas por profundas desigualdades. (FURTADO, 2001, p. 41 apud FERRADAS, 2005, p. 54)

Desta forma, para demonstrar com ênfase que *o fundo do poço é nossa morada* (Paiva, 2006b), temos a reveladora comparação entre os países, no que se refere ao compromisso das receitas geradas pela população na transferência aos setores financeiros, tanto nacional quanto internacional.

Essa transferência de recursos reduz cada vez mais os gastos em investimento público. Corta-se, assim, verbas de áreas sociais sistemática e crescentemente. No caso brasileiro, levantamento realizado pelo próprio Tesouro Nacional sobre os gastos do governo constata que, nos últimos vinte anos, o pagamento dos juros da dívida externa supera sistematicamente os investimentos públicos (Cruz, 2004).

A trajetória de crescimento da dívida interna brasileira também adquiriu grandes dimensões nos últimos anos, tendo em vista a ânsia do governo de acenar positivamente para

o capital estrangeiro, além dos ganhos político-ideológicos, uma vez que foi amplamente divulgado na mídia o *pagamento* da dívida externa. A Tabela 6 põe em evidência as composições do endividamento de ambos os países.

Tabela 6. Endividamento Interno e Externo do Setor Público.

Endividamento Interno e Externo do Setor público							
(Em porcentagens do PIB)							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dívida Interna	Brasil	41,00	44,20	48,60	46,70	46,20	49,10
	Venezuela	8,80	12,10	14,80	17,70	14,20	11,40
Dívida Externa	Brasil	10,10	10,90	16,80	12,00	7,90	2,60
	Venezuela	17,90	17,90	27,10	28,20	24,60	22,60

Fonte dados Brasil: BCB

Fonte dados Venezuela: Ministerio de Finanza

Elaboração própria

Conforme assinalado por Cruz (2004), o aparente decréscimo da dívida externa brasileira, está intimamente vinculado ao crescimento violento da dívida interna. Segundo o autor, a diferença é que o Estado paga muito mais pela dívida interna (maiores taxas de juros), implicando em sacrifícios ainda maiores à população.

Nessa medida, conforme observado no gráfico 4, a dívida total do Estado brasileiro alcança índices alarmantes de mais de 50% em relação ao PIB. Na Venezuela, os valores vêm caindo consideravelmente, de modo que em 2005 encontram-se próximos de 34%, o que coloca o Estado bolivariano numa posição bem mais favorável para o cumprimento das obrigações sociais com seu povo.

3.3 GASTO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

Precedendo a análise propriamente dita das tendências reveladas pelos números, cabe uma advertência de natureza metodológica. Há uma disparidade no acesso à informação orçamentária que se obtém junto aos dois governos, venezuelano e brasileiro, o que de antemão já expõe uma forte diferenciação em termos das possibilidades de controle social do gasto público, o que, sabemos, é um marcador valioso para averiguação das condições objetivas de exercício da democracia em sua forma direta pela sociedade.

No sistema venezuelano, em comparação com o brasileiro, há uma extraordinária superioridade em termos da organização, transparência e acesso aos dados em todas as formas

que são usualmente importantes nas análises sobre o financiamento público. Lá se encontram os dados desagregados em séries históricas longas, os dados aglutinados em comparação com os grandes números, por funções as mais distintas, com total clareza e facilidade de acesso, em um único portal.

Já os órgãos de informação do governo brasileiro carecem da mais elementar sistemática de organização das informações. Os dados gerados no orçamento federal obedecem a uma classificação, e os de execução orçamentária muitas vezes a outra. Os órgãos possuem cada um seu sistema operacional, com senhas ou sistemas incompatíveis, que não migram dados entre si. Dependendo do ministério ou órgão consultado, são utilizados diferentes indexadores e, em todos os casos, disponibiliza-se apenas os números absolutos, em moeda nacional e sem análises comparativas, o que impede a compatibilização sobre a magnitude do gasto, na relação com o PIB e a sua comparação com outras esferas nacionais.

Assim, para se alcançar a fidedignidade da informação brasileira foi preciso recorrer aos dados cepalinos, primeiramente porque são informações baseadas nas cifras oficiais e também por disponibilizarem os dados organizados em uma sistemática lógica, comparados com os grandes números econômicos e sociais. Para comparação, utilizamos o sistema de dados da Venezuela, pois em virtude da clareza dos dados na organização das informações do sistema oficial, foi possível comparar ambos sem qualquer perda de equivalência.

Feito este esclarecimento, passaremos a análise dos dados do financiamento público das políticas que compõe o sistema de proteção social brasileiro e venezuelano. Inicialmente trazemos os números desaglutinados por área, a saber: saúde, habitação, educação, previdência e assistência social. Posteriormente, partimos para a análise dos dados do gasto social como porcentagem do gasto público total.

Nessa linha, um primeiro marcador corresponde ao gasto público com saúde. No Brasil, o sistema público de saúde começou a funcionar efetivamente em virtude de um processo político protagonizado por lutas e movimentos populares que culminou no reconhecimento da saúde, no conjunto das políticas de seguridade social – juntamente com a previdência e a assistência social – como direito de todos e dever do Estado na Constituição Federal de 1988.

Na Venezuela, é vigente uma concepção diferenciada de saúde a partir de 1999, com a Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Essa nova legislação marca o começo de um processo sem precedentes na América Latina. Nos termos de Vieira:

Ao inverso, por exemplo, da Constituição do Brasil de 1988 ou da Colômbia de 1991, a nova Constituição da Venezuela não se trata de uma Carta que tem como objetivo a acomodação de interesses contraditórios latentes na sociedade, mas sim, o resultado de um processo político que tentou alterar a estrutura do poder político no país. (VIEIRA, 2005, p. 69)

Em uma perspectiva comparada, os números a seguir demonstram as tendências do gasto público de saúde nos dois países.

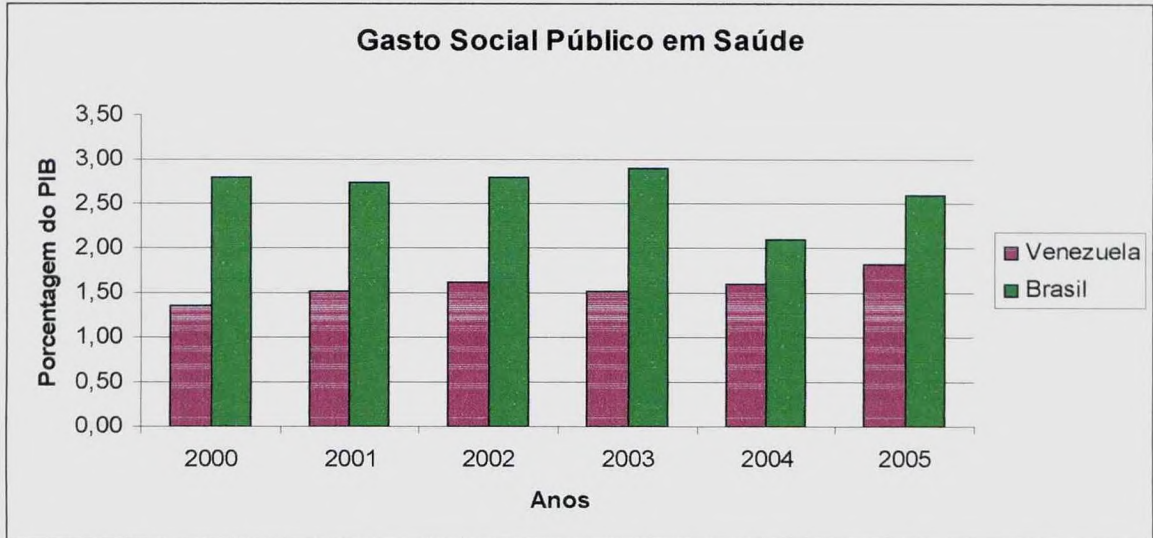


Gráfico 5. Gasto Social Público em Saúde. Elaborado pela autora. Fonte: Brasil: Panorama Social da América Latina 2006 – CEPAL; Venezuela: SISOV

Os números evidenciam um investimento maior do Estado brasileiro na política de saúde, podendo assinalar um esforço governamental para que o sistema cumpra sua prerrogativa legal, sendo um conjunto de unidades de serviços e ações que interajam para a promoção, proteção e recuperação da saúde, fazendo válidos como princípios a universalização, equidade e integralidade.

Entretanto, cabe ressaltar que o montante do investimento público do país destinado para esta esfera, ocorre em virtude do Sistema Único de Saúde/SUS ter cobertura efetivamente universal – ainda que na perspectiva curativista – e por estar em vigência há quase duas décadas.

Assim, apesar da profetização imperativa da lei, a política de saúde no Brasil apresenta deformidades à medida que permanece voltada para o tratamento de doenças, mantém altos os índices de demanda reprimida, bem como considerável tempo de espera para atendimentos emergenciais ou ambulatoriais, principalmente nos grandes centros urbanos.

Desse modo, em um país do tamanho do Brasil – com os condicionantes estruturais já abordados – a expressão do gasto nessa política reflete também a ineficiência de outras políticas a medida que entende-se a saúde como “resultante, entre outras, das condições de habitação, alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, acesso a serviços públicos”.¹¹

É importante salientar também que apesar da dimensão do gasto, observa-se sua estagnação no período compreendido entre 2000 e 2003, tendo caído em 2004 e crescido infimamente no ano seguinte – contudo, sem alcançar sequer os números verificados no ano 2000.

Em contrapartida, apesar do dado venezuelano ser menor quantitativamente – já que o sistema atual teve início em 1999 – é preciso ponderar dois fatores: o primeiro refere-se a tendência de crescimento do investimento nos últimos 5 anos e o segundo, o caráter efetivamente comunitário e participativo da política de saúde.

Tem destaque também a concepção de saúde aprovada em 1999 a partir da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, na qual a saúde é entendida de maneira integral e não como assistência médica. Assim, cabe ao Estado preservá-la e construí-la em conjunto com a comunidade, levando em consideração o meio-ambiente em que as pessoas vivem e o papel de agente transformador da realidade sócio-econômica que assume cada membro das equipes.

O grande diferencial do governo bolivariano, na implementação da política pública de saúde, refere-se ao projeto *Missión Barrio Adentro*, o qual tem como característica principal o foco na atenção primária a partir e dentro das próprias comunidades. Informações governamentais¹² indicam que tem sido um processo difícil, tendo em vista que as Universidades que preparam os profissionais de saúde são orientadas para o projeto da classe dominante. Por esse motivo, foi realizado um convênio com os profissionais cubanos, de importância fundamental no processo hoje.

Outra política central do governo bolivariano é a *Misión Habitat*, cuja proposta está além da resolução dos problemas habitacionais, partindo desde uma visão integral, até o planejamento e operacionalização de terrenos destinados a construção de *Comunidades Habitacionais Auto-Sustentáveis*. Os dados do Gráfico 6 demonstram o gasto social de Brasil e Venezuela com habitação.

¹¹ Concepção aprovada na 8ª Conferência de Saúde, realizada no Brasil em 1986.

¹² Ministerio de Sanidad y Desarrollo Social – Governo Bolivariano de Venezuela.

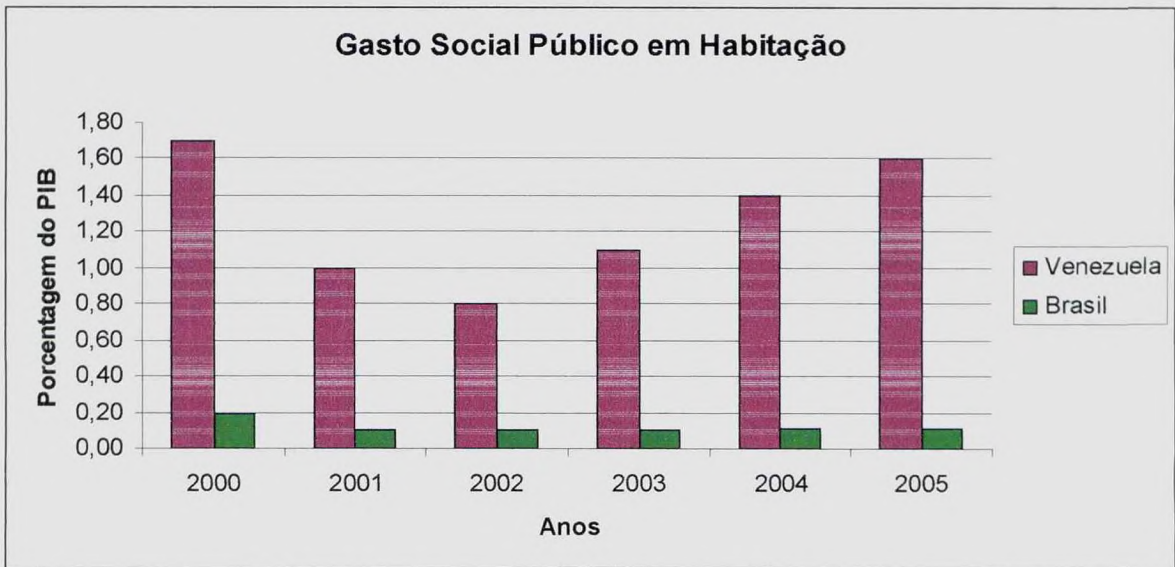


Gráfico 6. Gasto Social Público em Habitação. Elaborado pela autora. Fonte: Brasil: Panorama Social da América Latina 2006 – CEPAL; Venezuela: SISOV

O objetivo estratégico da missão, amplamente divulgado pelo *Ministerio del Poder Popular de Habitat y Vivienda* de Venezuela, é a implementação de estratégias de intervenção para execução articulada dos princípios de solidariedade, co-responsabilidade, cooperativismo e aprendizagens mútuas de habilidades que promovam o desenvolvimento endógeno do país. Este projeto está articulado também com a *Mision Vuelvan Caras* onde o governo busca coletivizar o acesso à propriedade dos meios de produção para os trabalhadores, através de centros de cooperativa.

Assim, percebe-se o aumento do investimento venezuelano nessa política – salvo os anos de recesso econômico do país, ao contrário do Brasil que, além de não ter um programa que tampouco se assemelhe com a supracitada *misión* bolivariana, os números denunciam o pouco comprometimento do Estado brasileiro com a habitação.

A política de educação – próxima política analisada – é considerada por muitos como a mais importante, posto que a partir do acesso ou não do sujeito ao conhecimento, determina-se vários aspectos de sua vida social é, assim, condição basilar para sua autonomia. Ademais, é sabido que um sistema educacional de qualidade, que permita o acesso universal, reflete construtivamente para o conjunto da sociedade. Passamos, então, ao Gráfico 7, que corresponde aos investimentos governamentais de ambos os países com educação.

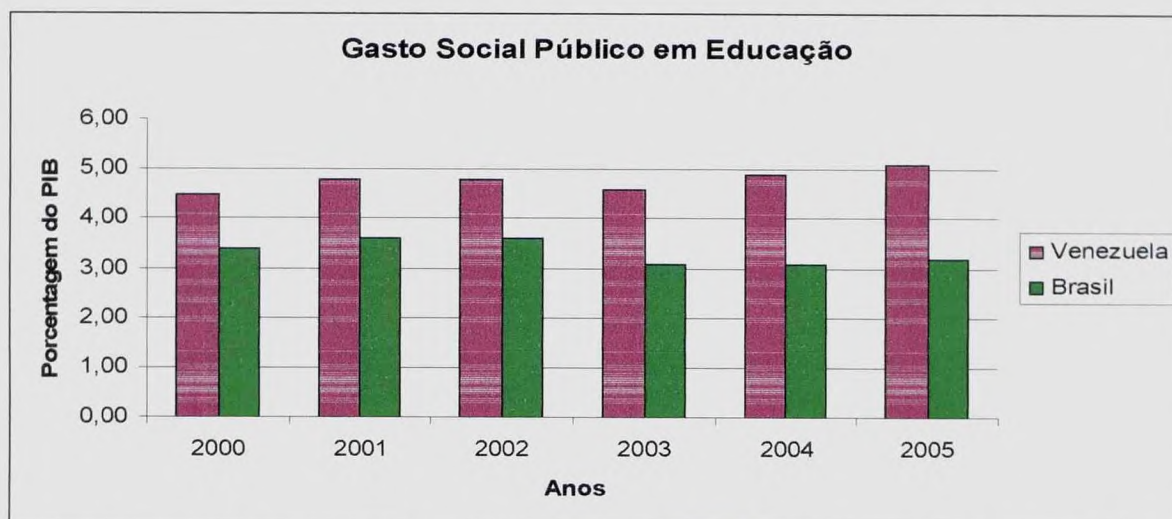


Gráfico 7. Gasto Social Público em Educação. Elaborado pela autora. Fonte: Brasil: Panorama Social da América Latina 2006 – CEPAL; Venezuela: SISOV

Os dados do gasto social em educação são reveladores da tendência em curso na Venezuela: enquanto no Brasil houve redução de financiamento público em educação de 2000 a 2005, passando por períodos de queda dos investimentos, na Venezuela os números aumentaram significativamente no mesmo período.

Outros dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE/VE) evidenciam que o a despesa real per capita do governo venezuelano cresceu 80% de 1998 a 2005 e que a *Misión Robinson* – com o método *Yo si Puedo*¹³ – já alfabetizou mais de 1,5 milhões de pessoas (mais de 5% da população total).

O trabalho dessa missão tem sido desenvolvido articuladamente com os demais projetos do governo bolivariano, mas assumindo um papel essencial na mobilização das massas e no reconhecimento destas, como sujeitos de direitos. Segundo informações governamentais, a *Misión Robinson* consiste na operação cívico-militar mais importante da história republicana do país, à medida que tem como finalidade formar para a liberdade e incluir: ensinando a ler e a escrever a mais de um milhão de venezuelanos distribuídos por todo território nacional. Desta maneira, povo e forças armadas formam um só exército

¹³ Criado pela professora Cubana Leona Relys, o método vai desde o conhecido (os números) ate o desconhecido (as letras), sendo fundamentado na experiência. É um método integrador que tem três etapas: treinamento, ensino de leitura-escrita e consolidação. Cada turma tem um caráter global por se recomendar que os participantes observem a totalidade. O suporte essencial do ensino da leitura-escrita é o meio audio-visual que acompanha a cartilha. A cartilha segue a rota de três passos principais: escutar – ver; escutar – ler e escutar – escrever. (Fonte: MINISTERIO DO PODER POPULAR PARA LA EDUCACIÓN – REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA)

levando conhecimento às comunidades mais remotas e há tanto tempo desconsideradas pelo Estado.

O próximo indicador analisado refere-se aos gastos públicos com previdência e assistência social. Em virtude dos números cepalinos – fonte de dados do Brasil – aglutinarem ambas as políticas na composição das tabelas, também o fizemos com os dados venezuelanos, visando obter parâmetro mais exato para comparação, cuja conferência revelou-se correta.

Cabe comentar também que em relação ao país bolivariano, os números correspondem ao gasto com a chamada *seguridad social* – sistema de *pensiones* – e a política de desarrollo social y participacion, que inclui os gastos com assistência material – essencial à reprodução da vida dos sujeitos – também os investimentos em participação popular – componente fundamental e indispensável para a nova configuração que assumiu a Venezuela no período após a promulgação da Constituição Bolivariana, em 1999.

A seguir, no Gráfico 9, estão colocados os supracitados números.

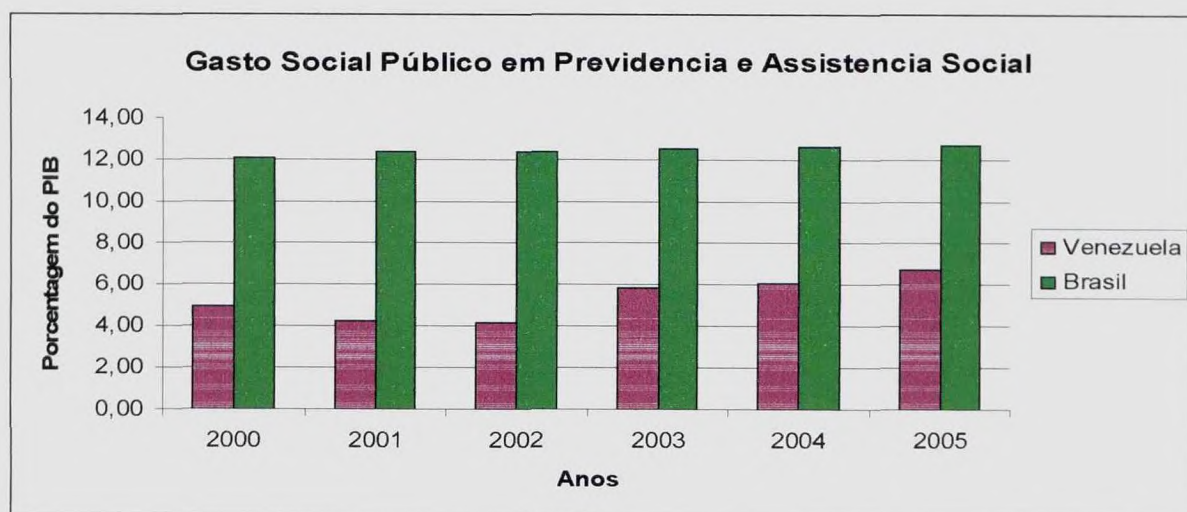


Gráfico 8. Gasto Social Público em Previdência e Assistência Social. Elaborado pela autora. Fonte dos dados: Brasil: Panorama Social da América Latina 2006 – CEPAL; Venezuela: SISOV.

Nas mesmas trilhas dos dados demonstrados anteriormente, os números do financiamento destas políticas de proteção no Estado venezuelano, expressam tendências significativamente crescentes nos últimos cinco anos. Nos termos de Lander:

Nos primeiros anos do governo houve um importante aumento tanto do gasto público como do gasto social. [...] Praticamente todo esse aumento foi dirigido para a seguridad social e para a educação (Parra e Lacruz, 2003, p. 36), áreas que foram claramente consideradas como prioritárias. A Lei

orgânica do Sistema de Seguridade Social (RBV, Leys), diferentemente do modelo imperante no resto da América Latina, é de cobertura universal, com financiamento não individual, mas coletivo, e cujos recursos são controlados pelo Estado. (LANDER, 2005, p. 208).

Assim, reafirma-se o compromisso do governo bolivariano com a Constituição e o povo, especialmente pela democratização em curso na Venezuela, tanto em relação à ampliação do acesso ao fundo público para as massas por meio das políticas sociais, quanto da socialização, por meio das mesmas, do poder político.

No caso brasileiro, apesar da quase inexistente ampliação do investimento social nestas políticas, ressalta-se a expressividade do financiamento governamental, que, nesse período, constitui no mínimo o dobro do número venezuelano, tendo em vista a grandiosidade do gasto social no Brasil com a política de previdência social.

Este fenômeno ocorre em decorrência da antiguidade do sistema no país, que já se gestava desde o Império com as “caixas de socorro” para alguns trabalhadores, especialmente de determinadas estradas de ferro (Lei nº 3397 de 24/11/1888). Com a Lei Eloy Chaves (Lei nº 4682 de 24/01/1923) a previdência social efetiva-se como entidade, dando origem às Caixas de Aposentadoria e Pensões, para atender a aposentadoria dos empregados de todas as empresas de estradas de ferro no país, qualquer que fosse a natureza do serviço ou a remuneração.

A partir daí o sistema foi se ampliando aos demais trabalhadores, evoluindo para a criação dos grandes institutos, que em 1934 se aglutinaram no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, tendo incorporado ao sistema, na década de 70, os trabalhadores rurais, domésticos e autônomos, não obstante a perda de direitos que também foi posta em curso pela ditadura militar.

Contudo, a partir de 1988, como política integrante da seguridade social, designa responsabilidade ao poder público, no sentido de organização e custeio das políticas, tendo em vista atendimento aos seguintes princípios e diretrizes: universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição; valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo; cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente; preservação do valor real dos benefícios e previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional¹⁴.

¹⁴ Lei n. 8212 de 24/07/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social

Ocorre também que esses números refletem uma distorção do gasto previdenciário público, em decorrência de dois fatores principais: o primeiro diz respeito a cobertura singular e não integral do sistema, que, assim, exclui os trabalhadores informais – atualmente, mais da metade do número total de trabalhadores – e paga apenas um salário mínimo para a maioria dos aposentados, reproduzindo a situação de superexploração; o segundo remete a sua estrutura heterogênea – que lhe permite salvaguardar a manutenção de um histórico sistema de privilégios – caracterizada pelo peso dos estamentos burocráticos nas aposentadorias do regime especial do setor público, sobretudo, no judiciário e legislativo.

Por esse motivo, na exposição dos números do montante total do gasto social em Brasil e Venezuela, em uma perspectiva comparada, tem-se que o investimento do Estado brasileiro aparece em um outro patamar, conforme observado a seguir.

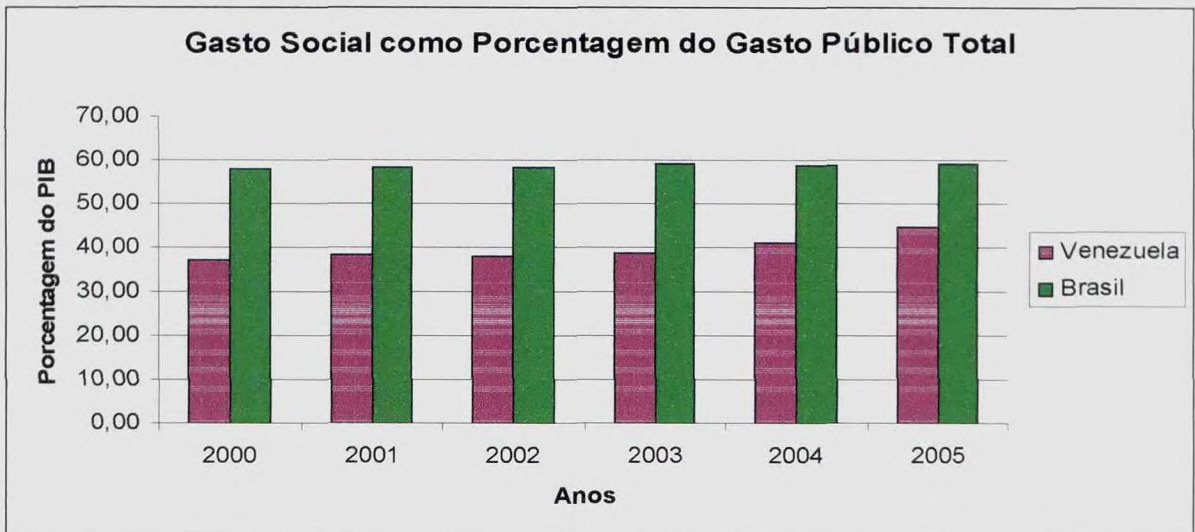


Gráfico 9. Gasto Social como Porcentagem do Gasto Público Total. Elaborado pela autora.
Fonte: Brasil: Panorama Social da Am. Lat. 2006 – CEPAL; Venezuela: SISOV.

Entretanto, mesmo com a superioridade quantitativa do gasto no Brasil, os dados comparativos permitem dilucidar a expansão anual do gasto público social do país bolivariano. No ano 2000 a porcentagem do gasto público que o Estado brasileiro investia nas áreas sociais era da ordem de 58,7% tendo acrescido somente 0,90% até o final do ano 2005. Em contrapartida, esse aumento na Venezuela, no mesmo período foi de 7,60%, o que revela uma tendência nova e positiva de crescimento real.

Desta maneira, é oportuno ponderar as determinações do sistema de proteção social destes países, tendo em vista (a) amparar as análises do gasto social na totalidade concreta.

Assim, cabe ressaltar as conquistas na política pública de proteção social brasileira no período, em seguida, fazemos o comparativo com o caso venezuelano

De acordo com Araújo (1998), a partir de 1988, com a Constituição Federal, foram obtidos muitos avanços. No campo da previdência social, em relação aos benefícios, o autor destaca: as aposentadorias e pensões tiveram os seus valores recompostos pelo número de salários da época de sua concessão; o piso de todos os beneficiários passou a ser o salário mínimo; o 13º salário passou a ser integral; a aposentadoria passou a ser calculada com base nos últimos 36 salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente; o salário-maternidade foi estendido para 120 dias; os cônjuges do sexo masculino passaram a ter direito à pensão por morte; foi criada a aposentadoria proporcional para as mulheres aos 25 anos de serviço; a aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais foi reduzida para os 60 anos, se homem, e 55 se mulher.

A vinculação de todos os benefícios ao salário mínimo é um marco muito importante, pois dado o grau de precarização do sistema público de proteção social no Brasil, esse passo simbolizou o impedimento de cortes suntuosos nas áreas sociais e nesta despesa em especial – pela fraca capacidade de reação dos trabalhadores pobres aposentados – medida que ocorria tradicionalmente para contenção do gasto público.

A assistência social brasileira, após esse período, também contemplou de alguma forma as lutas e expectativa dos movimentos, ao passo que instituiu já na Carta de 1988 o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Este benefício caracteriza-se pela garantia de um salário mínimo mensal às pessoas idosas e às portadoras de deficiência física ou psíquica, desde que em situações compreendidas nos critérios como incapacidade para o trabalho, condições de sobrevivência, limites de idade e situação de invalidez e idade mínima no caso dos idosos sem proteção previdenciária. Nos termos de Gomes:

Foi previsto na Constituição Brasileira de 1988, nas disposições relativas à seguridade social, compondo o conjunto de direitos e objetivos da assistência social, a qual figura pela primeira vez com o Estatuto de direito do cidadão que dela necessitar e dever do Estado. Posteriormente, em 1993, foi regulamentado, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, sendo implementado a partir de 1966, sob a responsabilidade do governo federal, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social. (GOMES, 2001, p. 112).

Recentemente, em 2003, foram unificados os programas de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação) em um único programa: o Bolsa-Família. Caracteriza-se como um inegável esforço governamental – ainda bastante

contraditório, pela ínfima prestação que transfere – para organizar a política pública de combate à fome e à pobreza, buscando simplificar o acesso aos benefícios. Segundo Silva e Silva; Yazbec e Giovanni:

Sob a justificativa de ampliação de recursos elevação do valor monetário do benefício e melhor atendimento, a proposta de unificação tem como propósito mais amplo manter um único Programa de Transferência de Renda, articulando programas nacionais, estaduais e municipais em implementação, na perspectiva de instituição de uma Política Nacional de Transferência de Renda. (SILVA e SILVA; YANBEC e GIOVANNI, 2004, p. 136)

Os autores defendem que tal programa constitui uma inovação no que se refere aos modelos conhecidos de programas desta natureza, à medida que se propõe a proteger o grupo familiar como um todo, ampliando também o valor monetário do benefício.

Paiva (2006) ressalta que apesar do avanço do programa – no sentido do ineditismo: ser proteção social aos miseráveis sem contrapartida contributiva – é preciso considerar que permanecem imbricados alguns traços conservadores e restritivos de direitos, como a trágica visão elitista de sempre, na qual o povo, a população sub-empregada e superexplorada, permanece como um indesejável “resíduo social”, para o qual qualquer ajuda basta e qualquer apoio serve.

Por outro lado, na Venezuela, em termos das prerrogativas legais, o sistema público de proteção social, que aos poucos se descortina, tem extraordinária significação e importância, por evidenciar seu caráter inovador, a partir da Constituição de 1999 Conforme o próprio texto constitucional:

Artículo 86. Toda persona tiene derecho a la seguridad social como servicio público de carácter no lucrativo, que garantiza la salud y asegure protección en contingencias de maternidad, paternidad, enfermedad, invalidez, enfermedades catastróficas, discapacidad, necesidades especiales, riesgos laborales, pérdida de empleo, desempleo, vejez, viudedad, orfandad, vivienda, cargas derivadas de la vida familiar y cualquier otra circunstancia de previsión social. El Estado tiene la obligación de asegurar la efectividad de este derecho, creando un sistema de seguridad social universal, integral, de financiamiento solidario, unitario, eficiente y participativo, de contribuciones directas o indirectas. La ausencia de capacidad contributiva no será motivo para excluir a las personas de su protección. Los recursos financieros de la seguridad social no podrán ser destinados a otros fines. (CONSTITUCIÓN DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, Artículo 86, acesso em sitio eletrônico).

No entanto, os principais destaques no Estado bolivariano referem-se ao impacto positivo das *misiones* na transformação das condições de vida da população e aos processos político-sociais de caráter genuinamente democrático e protagônico-participativo – marca principal das políticas sociais na Venezuela.

Um dado adicional, que merece ser registrado, diz respeito à política de assistência social que, além de estar ligada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Participação, está também vinculada ao mais novo Ministério da Alimentação, onde desenvolve-se um projeto essencial: a *Misión Mercal*.

Esta missão é responsável pelo atendimento de 40 a 47% da população venezuelana (entre 10,7 a 12,5 milhões de pessoas) que assim podem ter acesso à alimentação subsidiada pelo governo em até 50% nos mercados locais, tendo articulação expressiva com as demais missões bolivarianas.

A reestruturação do sistema político venezuelano que se observa a partir de 1999 com a Constituição Bolivariana, encadeia um precioso processo de participação sociopolítica, à medida que elegeu como motor principal a soberania popular.

Nesse sentido, Vieira (2005, p. 76) alega que o diferencial da Constituição Bolivariana da Venezuela reside no fato da mesma “ultrapassar a ficção normativista de um sistema fechado de legalidade, fundando a legitimidade do poder numa vontade dotada de existência real – o povo no exercício da soberania”.

A democracia, assim, deixa de ser um arranjo formal, subordinada aos interesses do grande capital, para ganhar sentido substancial através das políticas públicas – que assumem caráter estratégico nesse processo, já que organizam o espaço político e as massas para uma nova coalizão social. Ouriques ressalta a singularidade da proposta bolivariana:

Neste contexto, as formas tradicionais de dominação – ou seja, a ‘democracia’ – é incapaz de oferecer uma alternativa ao protesto social. Contudo, em muitos países, a ‘democracia’ é precisamente o problema, o obstáculo a superar. Não por acaso, a proposta bolivariana de democracia participativa se tornou uma exigência das classes subalternas e inclusive de setores médios com alguma consciência social. (OURIQUES, 2006, p. 01)

Percebe-se, deste modo, tamanha a diferença na comparação com o Estado brasileiro, principalmente quando analisamos que o controle social pela população – conquistado nos marcos legais de 1988 – e precariamente operacionalizado por meio dos conselhos, segue de modo embrionário e cheio de problemas por caminhos bem menos populares e tampouco coletivos.

Desta forma, considerando o que os indicadores representam na vida material – subumanamente possível no cotidiano dos povos oprimidos da América Latina – é lamentável observar conjunturas de investimento social tão negativamente estáveis como as que verificamos no Brasil, cuja exigência imperiosa é a de forte expansão.

Nessa linha, cabe ressaltar que o financiamento público das políticas de proteção social do sistema brasileiro mantém-se na mesma linha de precarização dos governos anteriores, conforme demonstrou análise. Há que ressaltar ainda que alguns dados utilizados pela CEPAL referem-se ao gasto autorizado e não ao efetivamente realizado, o que torna o horizonte de possibilidades do país ainda mais obscuro, já que no Brasil, o gasto social real é sempre menor do que o autorizado, como demonstra o Gráfico 10.

Com exceção da previdência social, cujo gasto é obrigatório pela natureza dos benefícios, todas as demais áreas possuem execução orçamentária que oscila entre 70 e 90%. Este saldo na é casual: é resultado de contingenciamentos promovidos para cumprimento das metas do superávit fiscal, conforme interesse direto do capital, evidenciando mais uma vez o caráter de classe das políticas sociais.

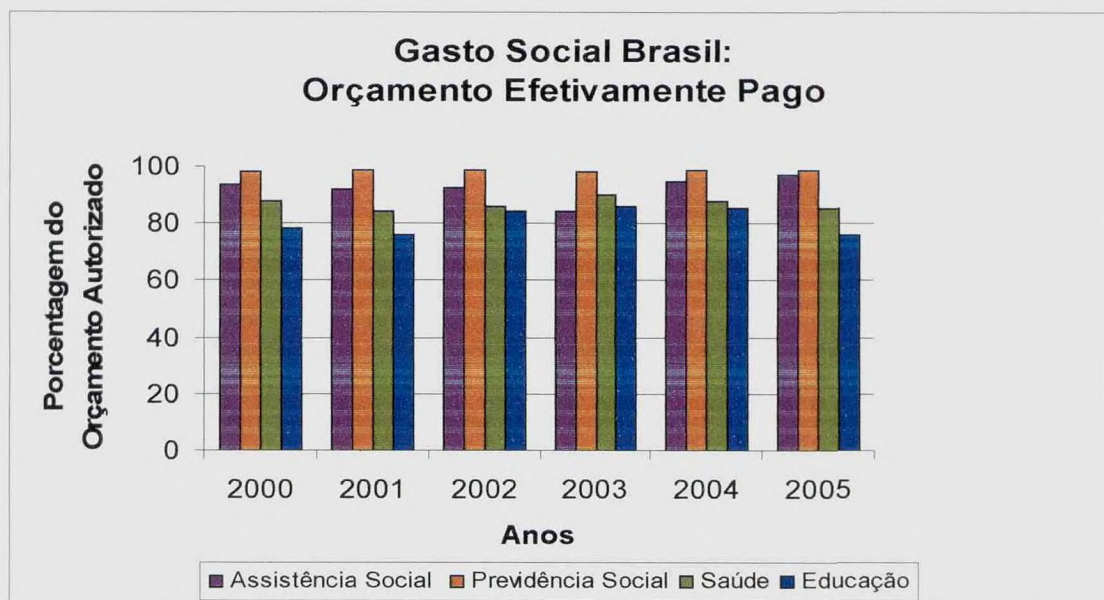


Gráfico 10. Gasto Social Brasil: Orçamento efetivamente pago. Elaborado pela autora. Fonte: SIAFI/Governo Federal – Brasil.

Nesse sentido, transcorrido alguns anos dos momentos históricos que levaram ao poder Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Rafael Chávez Frias, respectivamente no Brasil e na Venezuela – apesar de ambos os países manterem traços profundos e cultivarem

determinantes de sua inserção periférica e dependente no mercado mundial – percebe-se claramente a distinção nos projetos políticos em curso.

Diferentemente do que se observa no Brasil onde “como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este reaparece na cena histórica e cobra seu preço” (IANNI, 1996, p. 267), decorridos alguns anos desde a chegada ao poder do governo bolivariano na Venezuela, está em curso “um processo singular de construção revolucionária, especialmente democrática e genuinamente popular” (PAIVA, 2005, p. 109).

O protagonismo das massas, na perspectiva de socialização do poder político, apesar de não deter a capacidade para transformar as estruturas econômicas, é capaz de democratizar o acesso ao fundo público, criar espaços públicos de construção social e coletiva dos direitos e concretizar assim pilares efetivos que possam impulsionar uma nova práxis política.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso objetivou analisar os números do financiamento público das políticas sociais em Brasil e Venezuela, tendo em vista comprovar a singularidade das dinâmicas políticas em curso na América Latina, em termos do cumprimento das prerrogativas democráticas de universalização do sistema de proteção social.

Desde o início negamos a explicação do subdesenvolvimento enquanto atraso, ou seja, cuja superação - do subdesenvolvimento em conjunto com suas mazelas – se resumiria ao aumento do crescimento econômico. Assim, já nos primeiros momentos do trabalho, alerta-se sobre as particularidades do capitalismo na América Latina, determinadas pela dependência dos países desta região em relação aos países centrais, o que configura, segundo Marini (2000), uma estrutura social interna baseada na transferência de valores para as metrópoles.

De acordo com este autor, as relações capitalistas de troca entre países periféricos e centrais configuram um intercâmbio desigual, posto que os primeiros importam tecnologias e produtos industrializados e exportam basicamente produtos naturais processados – o que gera perdas para as elites no continente, que são repassadas para as classes trabalhadoras, por meio da intensificação da exploração do trabalhador.

A partir das conseqüências deploráveis que esse fenômeno causa na vida material das classes subalternas em todo continente, situou-se a chamada questão social latino-americana: como constitutiva das relações sociais no modo de produção capitalista e, assim, vinculada às configurações assumidas pelo trabalho e situada em um terreno de disputa de classes por projetos societários antagônicos.

Sem perder o horizonte da crítica aos padrões eurocêntricos que permeiam as ciências sociais na América Latina, considerou-se que o capitalismo dependente implica relações de dominação não somente econômicas e políticas como também ideológico-culturais e assim enfatizou-se a necessidade de sermos “ateus do império” (DUSSEL, 1982, p. 20) como requisito fundamental para começarmos a pensar nossa realidade a partir dela mesma, podendo almejar mudanças efetivas.

Assim, em relação à política social, inicialmente, propomos a descolonização do pensamento, referindo-nos ao padrão social democrata europeu utilizado para análise e desenho das políticas públicas no Brasil, em seguida, estendendo a crítica para sua alternativa:

os modelos conservadores, que, ao centrarem a intervenção nos núcleos familiares, delegam para o âmbito privado das relações responsabilidades que são coletivas e públicas.

Nessa medida, política social é analisada sob um enfoque dialético, partindo da crítica à sua aparência fenomênica na realidade, até sua caracterização na totalidade: o modo de produção capitalista, lugar e instrumento de manutenção das relações capital/trabalho, dentro dos parâmetros aceitáveis para a acumulação. Ademais, retomam-se os determinantes do capitalismo periférico latino-americano, para explicar os agravantes que impedem sua operacionalização no continente, até mesmo minimamente para manter a reprodução da força de trabalho.

Deste modo, insistimos na importância de pensar política social além do horizonte da mera estratégia de acomodação dos conflitos, referenciando seu potencial político e situando sua processualidade histórica, inserindo-as no bojo da disputa pelo excedente econômico expropriado das massas.

Segundo Paiva (2007), nutridas pela perspectiva da luta de classes, as políticas sociais são engrenagens reconhecidamente especiais para democratização dos sistemas de transferências de receitas públicas, invertendo o atual fluxo político, de exclusivo mecanismo de financiamento da acumulação do capital podem ser transformadas, pela mobilização protagônica da população, em estratégias de expansão e garantias sociais.

Nesse ínterim, a pesquisa que realizamos nesse trabalho, sobre o gasto social em Brasil e Venezuela, se deu no sentido de verificar se ambos os países de fato buscam rupturas com o atual modelo, na direção de uma nova dimensão política com perspectivas emancipatórias, pois, sendo assim, poderia representar uma coalizão estratégica para a reversão da pobreza e da dependência.

A partir dos dados empíricos apresentados na seção 3, constatou-se que Brasil e Venezuela – por partilharem dos mesmos processos históricos e sociais, no que se refere a sua inserção dependente no âmbito do sistema mundial – proporcionalmente possuem os mesmos desafios, em termos estruturais: ambos precisam superar a pobreza e distribuir riquezas em uma perspectiva de igualdade.

A análise do gasto público total nos dois países demonstrou, todavia, que a participação do gasto estatal é significativamente maior na Venezuela, perto de 30%, quando que no Brasil, não ultrapassa 22%, o que poderia indicar uma presença mais significativa do primeiro na organização da sua esfera pública.

Os dados assustadores da dívida pública (bruta: interna e externa), considerando ano base 2005 revelaram um comprometimento do PIB da ordem de 51,70% para o Estado

brasileiro, e 33,70% para o bolivariano – novamente assinalando uma posição mais favorável para o cumprimento das obrigações sociais com seu povo, já que quanto maior a transferência de recursos para a dívida menores os gastos em investimento público.

Através da análise do gasto social em Brasil e Venezuela, constatou-se que estão em curso distintos projetos políticos na América Latina. Os números brasileiros do financiamento público das políticas sociais cresceram apenas 0,90% no período analisado – 2000 e 2005 – contra uma expansão de 7,60% do governo bolivariano.

Apesar da estagnação dos dados, a magnitude do gasto social no Brasil com saúde e previdência social, mereceu destaque na análise. A política de saúde principalmente por ter cobertura universal em um sistema que prioriza o nível médico-assistencial do tratamento. A política de previdência por uma conjugação de fatores, mas principalmente pela antiguidade do sistema, ampliação dos benefícios após a Constituição de 1988 e manutenção histórica de alguns privilégios estamentais.

Na Venezuela, todas as políticas sociais analisadas possuem tendências crescentes de financiamento, tendo destaque o gasto público em educação e saúde e a cobertura do programa de segurança alimentar, com resultados positivos alcançados por esses investimentos, principalmente no que se refere à articulação com as demais políticas e a participação popular.

De importância fundamental para o avanço da Revolução Democrática Bolivariana, são as misiones, atualmente atingindo, além das sociais, todas as áreas políticas do país, consideradas como estratégicas para se obter maior poder de decisão e de mobilização da população diretamente.

É inquestionável que as políticas sociais na Venezuela, por meio das misiones, estão não só reduzindo a pobreza, mas subsidiando uma nova práxis política, onde a população é protagonista da construção de políticas públicas, muito além dos tradicionais direitos alcançados pela via do mercado capitalista e sancionados pelo Estado burguês.

É nesse sentido que, segundo Paiva e Ouriques (2006, p. 169) “a natureza orgânica das políticas sociais para a funcionalidade da ordem capitalista não lhes esvazia o potencial estratégico, na condição de importante suporte no processo de saturação das contradições econômicas e políticas presentes na sociedade”.

É nesse caminho, que o governo bolivariano tem desenvolvido um novo patamar de política social, com crescentes recursos financeiros oriundos das transferências da renda do petróleo, antes acumulada privadamente pelas elites no poder.

Revigorar a capacidade de controle social e de contestação política, que tão bem caracterizam a atuação dos movimentos populares e dos institutos de organização classista e partidária, é o que se pretende com a publicização dos mecanismos da política formal, como momento de síntese política dos vários organismos democráticos de base, local de resistência contra burocratização e ocupação corrupta e clientelista do Estado. Um dos desafios da democracia de massas é, assim, resistir aos perigos da involução burocrática, contra os processos degenerativos do autoritarismo sempre latente do patriarcado burguês. (PAIVA, 2005, p.125)

Democracia de massa atende à urgência dos governos latino-americanos de radicalizar a participação popular, em uma dinâmica revolucionária que garanta às classes subalternas acessos historicamente renegados: ao poder, à renda, ao trabalho humanizado, à cultura, ao conhecimento, etc.

Na contramão desta tendência, é lamentável a constatação da natureza da política social do governo Lula, onde o tema da pobreza, apartado da sua dimensão estrutural, permanece confinado como um problema da esfera do consumo e da estrutura familiar (Paiva, 2006).

Desta forma no Brasil, por mais que sejam agudas as manifestações da contradição capital/trabalho, a solução, ao que parece, é esterilizar suas manifestações, sobrepondo ações diversas e pulverizadas, que não pretendem corroborar com a democratização ou tampouco legitimar com o povo qualquer compromisso de ordem coletiva. Nessa medida é grave constatar que o Governo Lula fez uma opção de classe a favor dos dominantes, já que sequer houve tentativa de enfrentamento com qualquer dos privilégios historicamente no poder no país.

Portanto acreditamos que, a *Revolução Democrática Bolivariana* faz parte de um importante processo de mobilização coletiva, com altos níveis de radicalização política, em busca de uma nova razão democrática, que contempla as massas e as organiza. O novo cenário latino-americano oferece fortes indícios de nossa hipótese, pois, a partir dos protestos populares que em dezembro de 2001 permitiram uma saída popular à crise Argentina, assistimos na região à ascensão da mobilização de massas das classes subalternas em defesa de melhores condições de vida e trabalho. Logo, foi possível observar que no Equador, na Bolívia, na Venezuela, entre outros países, esta decidida atuação em defesa de direitos básicos superou o tradicional limite estabelecido pelas políticas sociais e exigiu uma disputa muito mais clara e radical pelo excedente econômico.

Assim, a exploração ampliada do trabalhador, que ocorre no capitalismo dependente, por conta de uma estrutura produtiva e social que se forma em função do mercado externo,

proíbe o ciclo de reprodução do capital de encerrar-se internamente, deixando poucas alternativas para o Estado nacional latino-americano, já que o ciclo da dependência prejudica a realização do excedente.

Dentre as possibilidades, democratizar o acesso ao fundo público por meio de uma radicalização crescente da democracia é uma forma legítima de luta contra o subdesenvolvimento, pois prioriza o desenvolvimento endógeno e a soberania popular, realizando um passo primordial na luta contra a dependência e a dominação externa.

Assim, voltamos a insistir na importância das lutas sociais nessa arena de conflitos, para que políticas sociais sejam sinônimos efetivos de radicalização democrática visando cumprir para a América Latina o sonho de Neruda:

*Ser árvore com asas. Na terra potente
Desnudar as raízes e empregá-las ao solo
E quando for muito mais amplo o nosso ambiente
Com as asas abertas entregar-nos ao vôo.*

Que deve ser tão incessante quanto é necessário.

Assim esperamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. **El eurocentrismo, crítica de una ideología**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

ARAÚJO, José Prata. **Manual dos direitos sociais da população – As reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais**. Belo Horizonte: O Lutador, 1998.

BRASIL - MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Banco Central do Brasil: Dados sobre economia e finanças públicas**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ECONOMIA>. Acesso em: 21 fev. de 2007.

BRASIL - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Base de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2007.

_____. **Base de Dados Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?73850437>. Acesso em: 22 fev. 2007.

_____. **Base de Estadísticas e Indicadores Sociales – BADEINSO**. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/sisgen/badeinso.asp>. Acesso em: 22 fev. 2007.

_____. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2005-2006**. CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Acesso em: 22 fev. 2007.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina** (Documento de 2004, 2005 e 2006). Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Acesso em: 22 fev. 2007.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 (Retratos do Brasil; v. 162).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 1996.

CRUZ, Diego. **Dos eleitos, Lula é o presidente que mais paga juros da dívida.** Artigos para formação política. Publicado em 10 de novembro de 2004. Disponível em: http://www.pstu.org.br/autor_materia.asp?id=2726&ida=20. Acesso em 24 fev. 2007.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina.** São Paulo: Global Editora, 1983 (Temas, n. 1).

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia.** 4ª Edição. México: Ediciones Era, 1986.

DRUMMOND, Carlos. **A rosa do povo.** Rio de Janeiro, Record: 1996.

DUSSEL, Enrique. **América Latina dependencia y liberación.** Buenos Aires: CLACSO, 1973a. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca/>. Acesso em: 07 fev. 2007.

_____. **Ética da Libertação.** 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Filosofia da libertação na América Latina.** São Paulo: Loyola, 1982.

_____. **Para una ética de la liberación Latinoamericana – Tomo 1.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 1973b.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1991

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia Propria y Colonialismo Intelectual.** México: Editorial Nuestro Tiempo, 1970 (La Cultura al Pueblo).

FEIJÓO, José Carlos Valenzuela. O estado neoliberal e o caso mexicano. In: LAUREL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais na América Latina.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERRADAS, Fiorella Macchiavello. **Concentração de capital e pobreza na América Latina na década de 1990 e começo do século XXI.** 108 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FRANK, Andre Gunder. **América Latina**: subdesarrollo o revolución. México: Ediciones Era, 1973.

GERMER, Claus Magno. The Abstract/Concrete Relation in the Method of the Political Economy. **INTERNATIONAL WORKING GROUP ON VALUE THEORY – IWGVT**. Nova York: 23 – 25 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.greenwich.ac.uk/~fa03/iwgt/> Acesso em: 03 fev. 2007.

GOMES, Ana Ligia. O benefício de prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXI, n. 68, novembro de 2001. p. 111 – 139.

IANNI, Otávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. América Latina: Uma Região de Risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social. **Cadernos UNESCO Brasil**. Série Desenvolvimento Social, Vol 1, UNESCO, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130853por.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, p. 21 – 53 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais).

LANDER, Edgardo. Venezuela: A busca de um projeto contra-hegemônico, In: CECENÑA, Ana Ester (Org.) **Hegemonias e emancipações no séc. XXI**. São Paulo: CLACSO, 2005

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1987 (Bases, n. 26).

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. **Cuadernos Políticos**. México: Ediciones Era, n. 12, Abr/Jun 1977. [mimeo]

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo. & PÉRICAS, Luis Bernardo (Orgs). **América Latina – História, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã/1999.

MARX, Karl. A Questão Judaica. In: _____. **Manuscrítos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 13 – 44 (Obra Prima de Cada Autor, n. 68)

_____. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Estampa, 1989 (Edições Mandacuru).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002 (Obra Prima de Cada Autor, nº. 44).

_____. **A ideologia alemã – Feuerbach**: contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006 (Obra-Prima de Cada Autor n. 192).

MOTA, Ana Elizabete & AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação produtiva empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23 – 44.

NERUDA, Pablo. Norma de Rebeldia. In: **O rio invisível – poesia e prosa da juventude**. São Paulo: DIFEL, 1982.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**. 2ª Ed. Recife, ano II, n 3, p. 41 – 49, 2004.

OURIQUES, Nildo. A revolução democrática bolivariana - Uma utopia latino-americana. In: _____. (Org.). **Raízes no Libertador**. Bolivarianismo e poder popular na Venezuela. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. Brasil em la nueva situacion latinoamericana. In: **Análises para a Oficina do Observatório Latino-Americano no Fórum Social Mundial de Caracas**, Janeiro de 2006. Disponível em: < <http://www.ola.cse.ufsc.br/especial/fsm/fsm01.pdf>> Acesso em: 28 fevereiro 2007.

_____. Estado e Políticas Públicas na América Latina. In: NOGUEIRA, Francys Mari Guimarães. (Org). **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001, p. 27 – 42.

PAIVA, Beatriz & OURIQUES, Nildo. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**. Florianópolis, vol. 9, n. 2, p. 166 – 175, jul/dez 2006.

PAIVA, Beatriz. **A política de financiamento da assistência social**: a imprecisa tradução da LOAS. 423 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2003.

_____. A Timidez das Políticas Sociais no Governo Lula: quando o fundo do poço tornou-se nossa morada. **Análises para a Oficina do Observatório Latino-Americano no Fórum Social Mundial de Caracas**, Janeiro de 2006(b). Disponível em: <http://www.ola.cse.ufsc.br/especial/fsm/fsm04.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2007.

_____. Ciências sociais e políticas sociais na América Latina: a invenção da crítica radical. **O Mapa da Crise – a reinvenção das Ciências Sociais na América Latina** (Coletânea de artigos apresentados no evento anual do OBSERVATÓRIO LATINO-AMERICANO - OLA/UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, de 15 a 19 de agosto de 2005), 2007 [no prelo].

_____. O poder popular na Venezuela e a práxis bolivariana. In: OURIQUES, Nildo (Org). **Raízes no Libertador**. Bolivarianismo e poder popular na Venezuela. 2. Ed. Rev. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. O SUAS e os direitos socioassistenciais, a universalização da seguridade social em debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XXVII, n. 87, p. 05 – 24 set. de 2006.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 19, n. 55, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 09 fev. 2007.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Constitución de la Republica Bolivariana de Venezuela**. Disponível em: <http://www.constituicion.ve>. Acesso em: 28 fev. 2007.

_____. Ministerio de Hacienda. **Información estadística del Banco Central de Venezuela**. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>. Acesso em: 21 fev. 2007.

_____. Ministerio de Planificación y Desarrollo. **Instituto Nacional de Estadística**. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/ine/indexine.asp>. Acesso em: 21 fev. 2007.

_____. Ministerio de Planificación y Desarrollo. **Sistema Integrado de Indicadores Sociales para Venezuela**. Disponível em: <http://www.sisov.mpd.gov.ve/>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. Ministerio de Sanidad y Desarrollo Social – Governo Bolivariano de Venezuela. **Misión Barrio Adentro**. Disponível em: <http://www.barrioadentro.gov.ve/>. Acesso em: 24 fev. 2007.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Educación – Governo Bolivariano de Venezuela. **Misión Robinson**. Disponível em: <http://www.misionrobinson.gov.ve/>. Acesso em: 24 fev. 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina** – estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978.

RODRIGUEZ, Simon. **Sociedades americanas**. Facsímil de la Edición de Lima, 1842, en la Reprodución de la Edición del Congreso de la República de Venezuela, Caracas: 1973. Disponível em: http://mipagina.cantv.net/t6435bm/SA_Lima/index.html. Acesso em: 02 fev. 2007.

SARANGO, Luis Fernando. Hacia la Descolonización de la Educación, el Conocimiento y la Ciencia. **Boletín digital Universidad Intercultural AMAWTAY WASI**. Quito: n. 6/setembro de 2006. Disponível em: <http://www.amawtaywasi.edu.ec>. Acesso em: 08 fev. 2007.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da; YAZBEC, Maria Carmelita & GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI** A previdência e os programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de Marxistas, Marxólogos y Marxianos**. Caracas: Monte Avila Editores, 1974.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Globalización y Precariedad del Trabajo en México**. México: Ediciones El Caballito, 1999.

VIEIRA, Luiz Vicente. A Constituição Venezuelana de 1999 e a superação do sistema representativo parlamentar. In: OURIQUES, Nildo (Org.). **Raízes no Libertador**. Bolívarianismo e poder popular na Venezuela. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science. **New Left Review**. Londres: n. 1/26, Novembro-Dezembro de 1997. Disponível em: <http://newleftreview.net> Acesso em: 10 fev. 2007.